



COLETÂNEA ANEC 004/2023

Ensino Religioso e Pastoral Escolar na Escola Católica



ANEC
Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil

DIRETORIA NACIONAL

Pe. João Batista Gomes Lima - Presidente
Ir. Adair Aparecida Sberga - 1ª Vice-presidente
Ir. Natalino Guilherme de Souza - 2º Vice-presidente
Ir. Selma Maria dos Santos - 1ª Secretária
Fr. Mário José Knapik - 2º Secretário
Ir. Marli Araújo da Silva - 1ª Tesoureira
Ir. Ivanise Soares da Silva - 2ª Tesoureira

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Guinartt Diniz
secreterarioexecutivo@anec.org.br

GERENTE DA CÂMARA DE MANTENEDORAS

Fabiana Deflon
mantenedoras@anec.org.br

GERENTE DA CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR E COORDENADOR DO SETOR DE ANIMAÇÃO PASTORAL

Gregory Rial
ensinosuperior@anec.org.br
pastoral@anec.org.br

GERENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Roberta Guedes
educacaobasica@anec.org.br

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

ANEC

ORGANIZAÇÃO E AUTORIA DO DOCUMENTO

Ir. Adair Aparecida Sberga
Gregory Pablo Rial Araújo
Roberta Valéria Guedes de Lima
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

Associação Nacional de Educação Católica – ANEC

Coletânea ANEC: Ensino religioso e pastoral escolar na escola católica. Material organizado para instituições católicas /

Organizado por: Sberga, Adair Aparecida ... [et al.] – Brasília: ANEC e-Book, 2023. 54 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-85-99725-13-9

1. Educação 2. Ensino religioso 3. Concepção catequética. I. Lima, Roberta Valéria Guedes de. II. Sberga, Adair Aparecida. III. Araujo, Gregory Pablo Rial. IV. Junqueira, Sérgio Rogério Azevedo. V. Associação Nacional de Educação Católica – ANEC.

VI. C leção.

Apresentação

É com grata satisfação que a ANEC (Associação Nacional de Educação Católica) entrega às suas associadas e aos educadores mais uma coletânea. Este é um material de estudo sobre a compreensão do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar e, que, efetivamente, coopera para ampliar a visão dessas dimensões na educação católica, como ainda aporta subsídios para prospectivas.

Até meados do século XX, os currículos das escolas católicas promoviam aulas de Religião com uma concepção catequética. Devido à secularização das sociedades e à pluralidade de denominações religiosas dos estudantes, esse componente curricular foi se redefinindo e se sistematizando como uma ciência própria, a Ciência da Religião, a qual estuda a presença e a manifestação do fenômeno religioso nos diferentes contextos brasileiros e mundiais.

didáticos para estudantes foram sendo produzidos para dar consistência e profundidade a essas aulas, assim como manuais para professores, com fundamentos, conceitos e aplicação de propostas didáticas.

Esses aspectos são relevantes e muitas dessas abordagens aparecem ao longo dos textos desta coletânea. Também são significativos os textos que se referem aos documentos do magistério da Igreja Católica, do Diretório da Catequese, entre outros, que fazem aproximações com a Pastoral Escolar e demonstram sua importância na formação dos estudantes em vista de uma maior compreensão desse fenômeno na vida das pessoas e na sociedade.

Um capítulo fundamental deste caderno é o resultado da pesquisa sobre o cenário do Ensino Religioso nas escolas católicas brasileiras. Essa

apresenta um retrato estatístico, por amostragem, dos avanços significativos do Ensino Religioso em toda a Educação Básica, que passa a ser compreendido como uma área de conhecimento, com epistemologia e cientificidade próprias, chegando a revelar que a fé é uma dimensão fundamental na vida humana e uma agregadora na vida em sociedade. A pesquisa também demonstra um dado, que pode ser surpresa para muitos, que é a separação positiva entre o Ensino Religioso e a Pastoral, demonstrando suas especificidades e distinções, assim como são significativamente complementares.

A partir dessas constatações, seguem outros textos com perspectivas tanto para o Ensino Religioso quanto para a Pastoral Escolar, que nortearão a ANEC e suas associadas a traçarem rumos promissores na formação dos educadores e dos estudantes.

Desejamos um bom estudo deste material e auguramos que o Ensino Religioso e a Pastoral tenham força humanizadora e carismática dentro de nossas instituições.

Ir. Adair Aparecida Sberga

*Presidente da Câmara de Educação
Básica da ANEC*

Sumário

6

Capítulo 1

CONCEPÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO COMO ÁREA E COMPONENTE CURRICULAR À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

12

Capítulo 2

ENSINO RELIGIOSO: ESTUDO E REFLEXÃO A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

Autores: Sérgio R. A. Junqueira | Terezinha Sueli Rocha

30

Capítulo 3

A COMPREENSÃO DO ENSINO RELIGIOSO A PARTIR DOS DIRETÓRIOS DE CATEQUESE DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA

Autores: Sérgio R. A. Junqueira | Terezinha Sueli Rocha

43

Capítulo 4

LEVANTAMENTO DE DADOS: ENSINO RELIGIOSO E PASTORAL ESCOLAR NAS ESCOLAS CATÓLICAS DO BRASIL

Autores: Sérgio R. A. Junqueira | Roberta Guedes | Gregory Rial

64

Capítulo 5

RAÍZES, CAMINHOS E HORIZONTES DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS CATÓLICAS

Autores: Sérgio R. A. Junqueira | Roberta Guedes

69

Capítulo 6

RAÍZES, CAMINHOS E HORIZONTES DA PASTORAL ESCOLAR NAS ESCOLAS CATÓLICAS

Autores: Sérgio R. A. Junqueira | Gregory Rial

1.

**Concepção do
Ensino Religioso
como área e
componente
curricular** à
luz da Base
Nacional Comum
Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada em 2017 (BRASIL), constitui-se como importante avanço na elaboração de um currículo transversal e democrático para a sociedade brasileira. Naturalmente, muitas críticas podem ser feitas à BNCC, como a de que o documento adota uma mentalidade economicista e centralizadora, conforme observaram Dourado e Siqueira (2019), e a de que o discurso norteador da BNCC reforça uma visão antidemocrática e individualista da realidade. Contudo, apesar das críticas, reconhecemos um grande esforço da BNCC em se apresentar como uma proposta unificadora de currículos que não engessa, desnecessariamente, a atuação do professor em sala de aula.

Uma das novidades da BNCC foi o estabelecimento do Ensino Religioso como Área de Conhecimento, o que significa reconhecer esse componente curricular como relevante e específico, já que, embora dialogue com elementos da Área de Ciências Humanas e da Área de Linguagens, constitua um domínio epistemológico próprio e aplicado. Assim, o Ensino Religioso compõe o currículo do Ensino Fundamental, dos Anos Iniciais aos Anos Finais, ou seja, do 1º ao 9º ano, na Base.

A BNCC recorda que, constitucionalmente, a função educacional do Ensino Religioso é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Determina-se que, nas escolas da rede pública, a oferta é obrigatória, mas a matrícula é facultativa. Não existe, porém, uma orientação específica para as escolas privadas e confessionais, mas entende-se que, nessas instituições, há uma liberdade de definição do regime a ser adotado, tendo sempre a BNCC como referência na organização das propostas pedagógicas locais.

OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO

A BNCC define como objetivos do Ensino Religioso:

1. Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos.
2. Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade

de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos.

3. Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal.
4. Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

Já por esses objetivos, é possível entrever algumas demarcações fundamentais para o Ensino Religioso: deve partir daquilo que a realidade dos educandos explicita, contribuir para a liberdade religiosa, estar comprometido com a defesa dos direitos humanos, favorecer uma convivência social pacífica e harmoniosa e, por fim, conectar-se aos apelos existenciais dos próprios educandos. Com isso, a BNCC demonstra que seu papel não é o de somente regular os conteúdos curriculares, mas direciona, axiologicamente, para construção dos percursos de ensino e aprendizagem. Há uma expectativa ético-política sobre

a finalidade dessa formação e isso fica claro nos objetivos apresentados.

Com relação ao substrato epistemológico do componente, a BNCC determina que o objeto da área de Ensino Religioso é o “conhecimento religioso”, produzido no âmbito das ciências humanas e sociais aplicadas, com especial destaque ao que faz a Ciência da Religião. O “conhecimento religioso” estaria relacionado às diversas manifestações do fenômeno religioso e suas variações simbólicas, culturais, sociológicas e antropológicas. A forma de tratamento deste objeto, preconizada pela BNCC, é a partir de pressupostos científicos e éticos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BRASIL, 2017, p. 01).

Metodologicamente, a BNCC indica alguns caminhos para o desenvolvimento de competências específicas:

- a pesquisa;
- o diálogo;
- a problematização de representações sociais preconceituosas;

- a identificação-análise-apropriação de saberes visando ressignificá-los.

Essas práticas se fundamentam em dois pilares teórico-pedagógicos: a interculturalidade e a ética da alteridade. O primeiro implica num modo científico de abordagem das expressões religiosas como ligadas a fatores culturais e não simplesmente como resultado de crenças absolutas dos sujeitos. O segundo diz respeito a um procedimento de não julgamento prévio do mérito e valor das crenças religiosas, buscando atitudes de respeito, compreensão e tolerância.

Assim, determinam-se as competências específicas do Ensino Religioso, ou seja, o que esse componente curricular visa construir nos estudantes:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/dos movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em

diferentes tempos, espaços e territórios.

3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e às práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

UNIDADES TEMÁTICAS QUE ORGANIZAM O CURRÍCULO DE ENSINO RELIGIOSO

Na BNCC, os conteúdos de Ensino Religioso são organizados em três unidades temáticas que aglutinam a diversidade de abordagens do conhecimento religioso. São elas:

1. Identidades e alteridades

– Unidade temática focada no aspecto antropológico do fenômeno religioso, buscando identificar os movimentos de imanência e transcendência que estruturam a pessoa humana como ser espiritual. Da mesma forma, aborda-se a dimensão relacional, focando no reconhecimento do outro (alteridade) pelas semelhanças e diferenças.

2. Manifestações religiosas

– Unidade temática focada no aspecto cultural do fenômeno religioso, ou seja, nas formas como a relação de transcendência se materializa de forma histórica e socialmente por meio de ritos, cerimônias, práticas, símbolos, espaços e territórios sagrados. Além desses elementos, incluem-

se as lideranças religiosas e o papel delas na formação das identidades religiosas.

3. Crenças religiosas e filosofias de vida

– Unidade temática focada no aspecto filosófico e ético do fenômeno religioso, abordando os vieses teológicos das diferentes tradições religiosas, suas mitologias, narrativas e visões de mundo. Também são incluídos os códigos morais e comportamentais das religiões e a contribuição deles para a ordem social e, ainda, as filosofias de vida não religiosas, ligadas a novas concepções e práticas de espiritualidade que não se conectam a tradições institucionalizadas ou históricas.

Abaixo, reunimos as unidades temáticas e os respectivos objetos de conhecimento, os quais são distribuídos nos nove anos do Ensino Fundamental.

Tabela 1 – Síntese de unidades temáticas e objetos de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com a BNCC

Unidade Temática	Objetos de conhecimento
Identities e alteridades	O eu, o outro e o nós Imanência e transcendência O eu, a família e o ambiente de convivência Memórias e símbolos Símbolos religiosos Espaços e territórios sagrados
Manifestações religiosas	Sentimentos, lembranças, memórias e saberes Alimentos sagrados Práticas celebrativas Indumentárias religiosas Ritos religiosos Representações religiosas na arte Místicas e espiritualidades Lideranças religiosas
Crenças religiosas e filosofias de vida	Ideia(s) de divindade(s) Narrativas religiosas Mitos nas tradições religiosas Ancestralidade e tradição oral Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados Ensinamentos da tradição escrita Símbolos, ritos e mitos religiosos Princípios éticos e valores religiosos Liderança e direitos humanos Crenças, convicções e atitudes Doutrinas religiosas Crenças, filosofias de vida e esfera pública Tradições religiosas, mídias e tecnologias Imanência e transcendência Vida e morte Princípios e valores éticos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11/04/2022

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 11/04/2022

Dourado, L. F., & Siqueira, R. M. (2019). A Arte do Disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. Revista Brasileira De Política e Administração da Educação, 35(2), 291.

2.

Ensino Religioso: estudo e reflexão a partir dos documentos da Igreja Católica

| Sérgio R. A. Junqueira

| Terezinha Sueli Rocha

Os documentos da Igreja Católica, seja em nível mundial ou nacional, abordam o Ensino Religioso como parte do conjunto de fatores que permitem os jovens fazerem uma experiência de fé. Entre 1965 e 2018, foram localizados 24 textos da Igreja Católica que propõem algo sobre o Ensino Religioso, tanto na escola católica como na estatal.

VATICANO II E A DÉCADA DE 1970

O Concílio Vaticano encerrado em 1965 foi um marco na história da Igreja Católica para o campo da educação. A Declaração *Gravissimum Educationis* (Concílio Vaticano II, 1965) registrou uma nova leitura da Igreja sobre o tema. A partir de então, as Conferências Episcopais da América Latina trataram da educação como elemento constituinte da missão evangelizadora. No caso das Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM, tal

constatação aparece em cada documento desde a Conferência realizada no Rio de Janeiro (1955), mesmo que timidamente. Já em Medellín (1968) e Puebla (1979), o tema é debatido com muita ênfase. O mesmo acontece em Santo Domingo (1992) e, principalmente, em Aparecida (2007), quando o tema é apresentado com muita clareza.

Ao longo da década de 1970, o tema do Ensino Religioso apareceu em duas encíclicas - *Evangelii Nuntiandi* (1975), de São Paulo VI, e *Catechesi Tradendae* (1979), de São João Paulo II. Também em um discurso do Papa aos sacerdotes, em um documento da Congregação para Educação Católica e em dois estudos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O discurso do Papa João Paulo II aos sacerdotes da Diocese de Roma (1980) destaca a existência de uma distinção e, ao mesmo tempo, de uma complementaridade entre o ensino da Religião e a Catequese.

Tabela 1: Documentos / Textos da Igreja Católica Apostólica Romana sobre o Ensino Religioso na década de 1970

1974	Igreja e educação: perspectivas pastorais	CNBB
1975	<i>Evangelii Nuntiandi</i>	Paulo VI
1976	O Ensino Religioso	CNBB
1977	A Escola Católica	Congregação para Educação Católica
1979	<i>Catechesi Tradendae</i>	João Paulo II
1980	Discurso aos sacerdotes de Roma	João Paulo II

Fonte: Pesquisa do Grupo de Pesquisa Educação e Religião - GPER

1980: ENSINO RELIGIOSO É OU NÃO É CATEQUESE?

Na década de 1980, foram localizadas, em oito textos da Igreja, referências sobre o Ensino Religioso. Em 1983, no Novo Código de Direito Canônico, no documento sobre o Leigo na Escola Católica da Congregação para Educação Católica, no texto sobre a Catequese renovada da CNBB, assim como no 7º Plano Bial desta Conferência. Posteriormente, em 1986, no documento sobre a Catequese do CELAM e no texto para uma Pastoral da Educação da CNBB. Finalizando esta década, em 1987, publicou-se o estudo sobre o Ensino Religioso da

CNBB e, em 1988, no documento da Congregação para Educação Católica sobre a dimensão religiosa da escola católica.

Os textos produzidos ao longo da década de 1980 acentuam a questão da distinção e complementaridade do Ensino Religioso e da Catequese, assim como o fato de ser, no espaço escolar, que se exige um professor qualificado e em acordo com a questão dos objetivos e da metodologia próprios da escola. Porém, o episcopado insiste no aspecto confessional, mesmo com a identificação de que essa postura não convence os estudantes da validade e importância deste conteúdo no próprio processo de escolarização.

Tabela 2: Documentos / Textos da Igreja Católica Apostólica Romana sobre o Ensino Religioso na década de 1980

1983	Código do Direito Canônico	João Paulo II
1983	O leigo católico testemunha da fé na escola	Congregação para Educação Católica
1983	Catequese Renovada: orientações e conteúdo	CNBB
1983	7º Plano Bial dos Organismos Nacionais (1983/1984)	CNBB
1986	Catequese na América Latina	DECAT – CELAM
1986	Para uma Pastoral da Educação	CNBB
1987	O Ensino Religioso	CNBB
1988	Dimensão religiosa da educação na escola católica. Orientações para a reflexão e a revisão	Congregação para Educação Católica

Fonte: Pesquisa do Grupo de Pesquisa Educação e Religião - GPER.

DÉCADA DE 90: AMPLIANDO DIÁLOGOS

A reflexão iniciada, a partir do Vaticano II, com a renovação da Igreja, que apresenta a construção da distinção e complementaridade do Ensino Religioso com a Catequese,

assim como a importância desse componente curricular acompanhar a seriedade da estrutura da escola, inclusive dialogando com a cultura, surge em contrapartida do que é a dimensão doutrinal. Como estar com essas duas posições: o Ensino Religioso ocorrer a partir da escola, mas atuar como um campo doutrinal?

Tabela 3: Documentos / Textos da Igreja Católica Apostólica Romana

1991	11º Plano Bial dos Organismos Nacionais	CNBB
1992	IV Conclusão da Conferência do Episcopado Latino-Americano	CELAM
1996	Apostolado do Ensino Religioso nas escolas católicas	Prefeito da Congregação da Educação Católica
1996	13º Plano bienal dos organismos nacionais	CNBB
1997	Diretório Geral da Catequese	Congregação para o Clero
2000	15º Plano Bial da Secretaria Nacional	CNBB

Fonte: Pesquisa do Pesquisa do Pesquisa do Grupo de Pesquisa Educação e Religião - GPER.

ANOS 2000: PLURALIDADE COMO RIQUEZA

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, verificaram-se quatro menções ao Ensino Religioso –

dois textos da CNBB e dois da Congregação para Educação Católica –, a compreensão de uma sociedade plural, assim como a dificuldade de manter um ensino confessional e de superar uma alfabetização religiosa.

Tabela 4: Documentos / Textos da Igreja Católica Apostólica Romana

2004	17º Plano Bial de atividades do secretariado nacional (2004-2005)	CNBB
2009	Carta Circular aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino Religioso	Congregação Educação Católica
2014	<i>Instrumentum Laboris</i> – Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova	Congregação Educação Católica
2016	Pastoral da educação: estudos para diretrizes nacionais	CNBB
1997	Diretório Geral da Catequese	Congregação para o Clero

Fonte: Pesquisa do Pesquisa do Grupo de Pesquisa Educação e Religião - GPER

ENSINO RELIGIOSO E EDUCAÇÃO ECLESIAL

O Ensino Religioso para a Igreja corresponde a uma oportunidade de dar plenitude ao ser, dignificando a vida do estudante no aprendizado da vivência fraterna e na ação solidária com os irmãos. A educação eclesial está presente em todas as áreas da ação evangelizadora. Especificamente na escola, os educadores são os responsáveis por fazer esse movimento, reunindo uma série de aspectos que fundamentam a fé e a missão do cristão e despertam no estudante a motivação para uma resposta pessoal diante do compromisso com Deus.

Bento XVI, em sua Carta aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino Religioso nas escolas, escreve o seguinte: A educação apresenta-se hoje como uma tarefa complexa, vasta e urgente. A complexidade atual arrisca-se a perder o essencial: a formação da pessoa humana na sua integralidade, em particular relativamente à dimensão religiosa e espiritual (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2009).

Um grande marco na história do Ensino Religioso no Brasil foi o Acordo Brasil

Santa Sé, de 2010, quando afirma, em seu artigo 11, que: “A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do Ensino Religioso em vista da formação integral da pessoa” (ACORDO BRASIL SANTA SÉ, 2010).

Na escola, o Ensino Religioso pode ser considerado um momento privilegiado da ação pastoral, mas será sempre matéria de ensino, a qual, em colaboração com outros componentes, quer contribuir, em primeiro lugar, para a educação integral dos alunos. Insere-se, portanto, no contexto da classe, isto é, no quadro daquilo que podemos chamar de escola que educa por meio do ensino. “O Ensino Religioso é considerado uma disciplina” (DIRETÓRIO GERAL PARA A CATEQUESE, 2001, p.73); assim, “precisa integrar sistematicamente os programas escolares” (ESCOLA CATÓLICA, 50/CATEQUESE NA AMÉRICA LATINA, 171) e, portanto, manter “a mesma qualidade das outras disciplinas” (LEIGO NA ESCOLA CATÓLICA, 59/DC, 73).

Com essas expectativas, o Ensino Religioso reúne as melhores condições de atender aos anseios da Igreja, proporcionando experiências

de vivência fraterna que agregam valores e conferem maturidade ao enriquecer a fé e promover práticas transformadoras. São essas ações que trazem em si o objetivo de delinear a identidade do Ensino Religioso para a Igreja e para a sociedade, em uma perspectiva ampla da missão evangelizadora. O Papa Francisco, na homilia pronunciada durante a Celebração Eucarística para as confrarias e da piedade popular, disse:

Amados irmãos e irmãs, a Igreja ama-vos! Sede uma presença ativa na comunidade: células vivas, pedras vivas. Os bispos latino-americanos escreveram que a piedade popular, de que sois expressão, é “uma maneira legítima de viver a fé, um modo de se sentir parte da Igreja” (Documento de Aparecida, 264). Isto é importante! Uma maneira legítima de viver a fé, um modo de se sentir parte da Igreja. Amai a Igreja! Deixai-vos guiar por ela! (Homilia do Papa Francisco, 2013).

Mais uma vez, reportamo-nos às palavras do Papa Francisco, quando em discurso aos participantes do Congresso Mundial da Educação Católica, no ano de 2015, disse que educar de forma cristã é: “conduzir os jovens, as crianças nos valores humanos em todas as realidades, e uma destas realidades é a

transcendência [...] a maior crise da educação, na perspectiva cristã, é este fechamento à transcendência” (FRANCISCO, 2015). A escola católica e a Igreja redescobrem, continuamente, as fontes de sua missão e sua dinâmica para a evangelização. A responsabilidade por essa tarefa foi dada pelo próprio Mestre Jesus Cristo, quando enviou os discípulos, com coragem e ousadia, para a missão e garantiu a ação do Espírito Santo iluminando os passos.

Portanto, as escolas e a Igreja, presenciando as alterações de valores socioculturais, as mudanças substanciais de costumes, ambientes e posturas que afetam profundamente as relações sociais e educacionais, concentram a responsabilidade de, por meio da inspiração do Espírito Santo, redescobrir, continuamente, as fontes de sua missão e a melhor forma de realizá-la. Sobre a responsabilidade que a escola católica tem em garantir um ambiente profundamente cristão, o documento *A Escola Católica*, da Congregação para a Educação Católica, publicado no ano de 1977, confirma: “Em caso de dificuldades ou de conflitos relativos ao caráter autenticamente cristão da Escola Católica, a autoridade hierárquica pode e deve intervir” (CONGREGA-

ÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, n. 73, 1977).

As recomendações da Igreja sobre a importância de serem aproveitados todos os espaços educacionais para evangelizar são constantes. Os espaços universitários também são enfatizados como depositários da missão evangelizadora. Na homilia aos universitários de Roma, o Papa Francisco disse: “De fato, a pluralidade de pensamento e de individualidade reflete a sabedoria multiforme de Deus” (FRANCISCO, 2013).

DESAFIOS ATUAIS PARA O ENSINO RELIGIOSO NA VISÃO CATÓLICA

A realidade atual exige que a identidade da Escola Católica seja fortalecida, a fim de enfrentar os desafios e interagir com os constantes e numerosos fenômenos surgidos a cada momento em nossa sociedade. Dentro dessa realidade, o Ensino Religioso pressupõe e torna imprescindível um profundo e atualizado conhecimento do mundo, das situações que vivem nossas crianças, nossos adolescentes e nossos jovens para, a partir desse conhecimento, tornar possíveis

a aproximação e a garantia do espaço para o anúncio do Evangelho, mesmo sendo necessário levar em conta que o saber ainda não é o crer. No entanto, isso não impede ninguém de lançar o desafio proposto por Jesus Cristo.

É importante ter presente que o universo dos estudantes é muito diversificado e, portanto, diversas devem ser as formas de atuação por parte dos profissionais do Ensino Religioso, visando atender aos aspectos que permitem a abertura para essas realidades. “Em relação aos conteúdos, foram constatadas dificuldades por conta da apresentação abstrata e formal, sendo um complicador na realização da missão” (SCATENA, 2018, p. 71).

O Ensino Religioso apresentado como um componente curricular irá trabalhar princípios, conceitos e, por certo, também irá abordar assuntos e manifestações a partir de pressupostos éticos e científicos. É comprovado que o Ensino Religioso fortalece o espírito por meio do ensinamento da Igreja, que tem por objetivo desenvolver o sentido e a relação com o Sagrado, a fim de propiciar a compreensão da dimensão religiosa como construção social e histórica, criando, paralelamente, condições para a experiência com

a Transcendência. A perspectiva do Ensino Religioso é proporcionar aos estudantes uma visão fascinante do Criador e da criatura.

Na Exortação Apostólica sobre a Evangelização no mundo contemporâneo, o Papa Paulo VI faz questão de reforçar que crianças e adolescentes precisam aprender, “mediante um sistemático ensino religioso, os dados fundamentais, o conteúdo vivo da verdade que Deus nos quis transmitir, e que a Igreja procurou exprimir de maneira cada vez mais rica, no decurso da sua história” (PAULO VI, 1975, p. 44).

É necessário, também, que as instituições educacionais, em seus projetos pedagógicos, busquem o respeito à liberdade de consciência dos estudantes e procurem mostrar a importância do apelo de Deus para a vida na dimensão transcendente. Ao trabalhar os conhecimentos, as ciências e os conceitos, não se pode deixar esquecida a dimensão transcendente que complementa a vida em todos os seus aspectos e dignifica a existência do ser humano. Com a finalidade de orientar as escolas, a Sagrada Congregação para a Educação Católica publicou que: “O ensino da religião é próprio da escola, em geral, desde que esta

pretenda formar o homem nas suas dimensões fundamentais, entre as quais se conta a dimensão religiosa” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, N. 56, 1983).

São inúmeros os documentos que a Igreja publica toda vez que sente a necessidade de refletir com a sociedade sobre determinados assuntos que dizem respeito à fé e aos constantes questionamentos existenciais das pessoas. No ano de 1997, a Congregação para o Clero publicou o Diretório Geral da Catequese sobre o Ensino Religioso ressaltando que: “O ensino religioso escolar ajuda os alunos que têm fé a compreender melhor a mensagem cristã em relação com os grandes problemas existenciais” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, N. 75, 1997).

A pessoa se reconhece como ser amado por Deus quando recebe a mensagem de Jesus Cristo, que deu a própria vida pela humanidade. É importante para cada pessoa fazer a experiência de transcender a si mesma, indo ao encontro dos outros, pois é nesse momento que se toma consciência da própria importância no universo e se desenvolve o sentido comunitário da vida.

Em 2009, fim da primeira década

do século XXI, a Congregação para Educação Católica enviou uma Carta Circular aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino Religioso. Nela, constatou que, nos recentes debates sobre o papel desse componente curricular, havia a tendência de assumir uma perspectiva de discutir a partir da cultura religiosa. A carta recorda alguns princípios do ensinamento da Igreja: “como a clarificação e a norma acerca do papel da escola na formação das novas gerações” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2009, p. 4).

Em 2014, a Congregação para a Educação Católica publicou o texto *Instrumentum Laboris – Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova*. Nesse documento, está clara a consciência de que, pertencendo a uma pluralidade de culturas, há a necessidade de que as instituições ampliem a dimensão do anúncio, saindo do círculo dos cristãos, pela palavra e pela coerência de vida de toda a comunidade profissional e educativa, oferecendo, com humildade e proximidade, uma importante proposta de fé:

O modelo é aquele de Jesus com os discípulos de Emaús: partir da experiência de vida dos jovens, mas também daquela dos colegas, para colocar-se numa disposição de

serviço incondicionado. De fato, uma das características que distingue a escola católica do futuro, tal como foi no passado, deverá permanecer à educação ao serviço e ao dom gratuito de si. O mundo, na sua pluralidade, espera mais do que nunca ser orientado para os grandes valores do homem, da verdade, do bem e da beleza (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2014).

A Igreja Católica deixa clara a posição que adota sobre o Ensino Religioso em seus diversos documentos que tratam desse assunto e considera de importância ímpar o conhecimento da religião. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no documento 110 de 2016, escreve que o Ensino Religioso é uma disciplina do setor pedagógico, com didática, conteúdos e métodos específicos, regulamentados pelo sistema de ensino. Isso quer dizer que há a exigência e o compromisso de dignificar a vida em todos os ambientes, inclusive nos escolares.

Entre os aspectos importantes dessa atuação estão o conhecimento, a valorização e a acolhida das peculiaridades, das singularidades e das diversidades que envolvem cada ser humano, bem como a compreensão dos símbolos e significados na relação entre o que se encerra em si, o imanen-

te, e o que possui uma causa maior, uma causa exterior a si, o transcendente. Com essa postura, propicia um diálogo entre a posição da Igreja e o atendimento efetivo do componente Ensino Religioso, a fim de contribuir para uma formação eficaz dos estudantes em todas as etapas acadêmicas. “Somente mudando a educação é possível mudar o mundo”, afirmou o Papa Francisco durante o encontro “Educar é transformar”, da Congregação para a Educação Católica, que ocorreu no Vaticano, em 2018.

O PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Neste espaço, dedicaremos um tempo à reflexão sobre o educador ou professor de Ensino Religioso. Missão importantíssima e desafiadora, pois o professor de Ensino Religioso precisa ter firmeza em suas convicções, saber que o próprio exemplo de vida será responsável pelo desenvolvimento e cultivo da fé e mostrar o verdadeiro significado da dimensão religiosa na vida de seus alunos. Hoje, há uma distância enorme da maioria dos jovens em relação à Igreja Institucional. Como consequência disso, há o afastamento de tudo o que diz respeito à religião. E aqui vem o desafio de tomar

uma posição diante dessa realidade que oferece inúmeros atrativos contrários aos valores evangélicos. Criar a consciência crítica diante do imenso campo de convicções e de valores invertidos na sociedade, bem como educar para a liberdade de espírito e autenticidade de vida são alguns dos desafios desta missão.

Nessa missão, o educador parte do princípio de que cada indivíduo tem a própria experiência pessoal e, portanto, irá compreender a dinâmica da disciplina a partir disso, o que transforma o momento da aula em uma ocasião de muita riqueza, graças à diversidade cultural do grupo. O fato de fazer parte desse contexto exige do educador constante busca do saber em todas as áreas do conhecimento, priorizando o respeito às diferentes religiões e manifestações religiosas, como também às heranças culturais. Isso favorece um efetivo diálogo inter-religioso. Nessa dinâmica, o educador religioso conseguirá ser um excelente articulador na busca da dimensão transcendente do seu grupo.

Há, na Igreja e na escola católica, plena consciência da sua missão por excelência: a de transmitir a mensagem do Evangelho, que é o elemento fundamental da ação educativa, e propiciar a conexão entre fé e vida: “Ao

exercer a sua missão específica, que é a de transmitir, de modo sistemático e crítico, a cultura e de educar o dinamismo das virtudes, promovendo, assim, a síntese entre cultura e vida” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, n. 49, 1977). Nessa missão, é de fundamental importância, também, a coerência de vida dos educadores. Para os adolescentes, principalmente, essa coerência tem um valor inestimável e pode ser o fator de maior relevância para que o objetivo do educador seja alcançado. “Como testemunhas, cada um dos professores deve dar a razão da sua esperança (1 Pd 3, 15), vivendo a verdade que eles mesmos propõem aos seus estudantes, sempre com referência Àquele que encontraram”.

Ensinar é um compromisso muito sério, que somente uma personalidade madura e equilibrada pode assumir. Um compromisso desse tipo pode incutir temor, mas é necessário recordar que um professor nunca está sozinho: compartilha sempre o próprio trabalho com os demais colegas e com toda a comunidade educacional a qual pertence (FRANCISCO, 2015).

De acordo com o documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, o professor de

Ensino Religioso terá como meta principal a realização do objetivo específico da escola católica, que é: “dar vida a um ambiente comunitário escolar, penetrado do espírito evangélico de liberdade e de caridade”. Nessa caminhada, o educador irá: “ajudar os adolescentes para que, no desenvolvimento da própria personalidade, cresçam juntos segundo a nova criatura que neles realizou o batismo” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, n. 38, 1983).

O educador católico, no espaço escolar, tem a possibilidade de realizar seu ideal de fé com os estudantes e colegas profissionais, que propiciarão um ambiente de troca de experiências e de discussões sadias em torno de temas emergentes vividos na sociedade. Ao desenvolver e articular essas discussões, o educador estará ajudando na formação de “personalidades fortes e responsáveis, capazes de opções livres e acertadas” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, n. 38, 1983) e incentivando os jovens a uma abertura diante da realidade, o que determinará sua concepção de vida.

O professor de Ensino Religioso exerce importante papel no processo

educacional. Ao se dispor a escutar cada estudante, facilita a comunicação e cria um ambiente propício para o diálogo, fazendo a ponte entre a dimensão imanente e transcendente. O professor tem a função de oferecer aos estudantes condições necessárias para que possam desenvolver as próprias visões e convicções.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil concentra, entre as suas linhas de ação, a análise e o acompanhamento do Ensino Religioso e o apoio aos educadores. Nesse ambiente, o professor de Ensino Religioso reforça e garante a importância do diálogo inter-religioso, o respeito a todas as crenças e o relacionamento entre os grupos religiosos, com uma postura ecumênica: “a aproximação, a cooperação, a busca da superação das divisões entre as diferentes Igrejas Cristãs” (CNBB, 1997, p. 12).

Na plenária da Congregação para a Educação Católica, o Papa Francisco disse aos participantes que gostaria de delinear a figura do educador e sua tarefa de educar, que tem como princípio o amor exigente:

Educar é um gesto de amor, é dar vida. E o amor é exigente, requer que utilizemos os melhores recursos, que despertemos a paixão e que

nos coloquemos a caminho com paciência, juntamente com os jovens. Nas escolas católicas, o educador deve ser, antes de tudo, muito competente, qualificado e, ao mesmo tempo, rico de humanidade, capaz de permanecer no meio dos jovens com um estilo pedagógico, para promover o seu crescimento humano e espiritual (FRANCISCO, 2014).

O século XXI trouxe riquezas e desafios para o profissional do Ensino Religioso, que viu a necessidade de focar a sua didática na dimensão de outros universos religiosos, do respeito e da reverência a outras crenças e de dar ênfase aos valores sociais, concentrando sua dinâmica no desenvolvimento de posturas que visem à transformação da sociedade. O compromisso do Ensino Religioso é, também, focar mais na visão ampla da realidade, com o objetivo de motivar a ação solidária e reforçar os princípios éticos.

A função social do Ensino Religioso é propiciar uma melhor compreensão e maior contribuição para a formação ética e da cidadania, pois a sociedade busca respostas às diversas questões sobre o universo e a própria vida. E aqui vem mais um aspecto importante da missão do educador de Ensino Religioso, que precisa dar aos

estudantes condições de discernir sobre os diversos aspectos da vida, sobre o que é realmente correto e o que é engano, equívoco. Rubem Alves afirma que a religião é “uma teia de símbolos, rede de desejos, confissão da espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretensiosa tentativa de transubstanciar a natureza” (ALVES, 1996, p. 18).

A Igreja assume a missão educadora com o compromisso de que todas as escolas católicas ouçam e sigam, como nas núpcias de Canaã, o convite de Maria: “Fazei o que Ele vos disser” (Jo 2,5) “e sejam assim, juntamente com toda a Igreja, a casa e a escola da comunhão” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, n. 56).

A FAMÍLIA E O ENSINO RELIGIOSO

Neste espaço, trataremos sobre a família e o Ensino Religioso, na certeza de que há uma integração muito importante entre a família e a religião. É de grande responsabilidade e extrema importância o desenvolvimento do verdadeiro sentido da vida e a dimensão transcendental, pois o ser humano, geralmente, busca sempre a sua dimensão espiritual, um sentido para

sua vida e a vontade de viver. Paulo VI chama atenção sobre a responsabilidade da família também e, principalmente, no aspecto da educação com a função social: “A Sagrada Família é um exemplo. [...] aprendamos de Nazaré como é preciosa e insubstituível a educação familiar e como é fundamental e incomparável a sua função no plano social” (PAULO VI, 1964).

Na família, acontece a primeira experiência de inter-relacionamento e este é o espaço sociocultural diário que faz história no processo social considerado fundamental para a vida. É na família que se dá início ao processo de socialização. Depois vem a escola, com sua função na inter-relação com a vida, onde se aprende a identificar outras manifestações sociais e acontece o processo de socialização com a ampliação da rede de conhecimentos. A escola é um ambiente privilegiado para o desenvolvimento dos conceitos de aprendizagem e conceitos de vida em sociedade.

Portanto, o Ensino Religioso escolar tem a missão de procurar atender aos anseios do infinito que fazem parte da vida em todas as suas fases de desenvolvimento e a Igreja orienta, nos seus documentos, como podem ser as posturas na realização dessa

sublime missão. “O ensino escolar da Religião desenvolve-se em contextos escolares diversos, o que faz com que este, embora mantendo o seu caráter próprio, adquira acentuações diversas” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1983). As orientações da Igreja são pautadas na legislação e não há conflitos para as instituições de ensino. “Estas dependem das condições legais e de organização, da concepção didática, dos pressupostos pessoais dos professores e dos alunos e da relação do ensino religioso escolar com a catequese familiar e paroquial” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1983).

A preparação para a vida em sociedade, assim como a formação para o bem, e o compromisso com a humanidade são missões da escola católica. Existem orientações da Igreja sobre a educação cristã, sua missão, sua função, seus objetivos e seu compromisso com a sociedade em vista da realização do grande projeto de Cristo, que veio para que todos tenham vida plena. “Entre os temas deste cenário, temos o Ensino Religioso no espaço escolar, que tem assumido uma perspectiva de ampla discussão no cenário eclesial” (JUNQUEIRA; ROCHA, 2014, p. 64-5). A Igreja é sábia e tem seus representantes frente aos

órgãos governamentais para facilitar a articulação entre a Igreja, a escola e a legislação, a fim de cumprir sua missão no Ensino Religioso, sem perder a finalidade de anunciar o Evangelho e suas consequências, que são a vida fraterna, a dignidade, a justiça e o amor ao próximo.

Não é possível reduzir a uma única forma todos os modelos de ensinamento religioso escolar, desenvolvidos, historicamente, em seguida a acordos com os Estados e a deliberações de cada Conferência dos Bispos. Todavia, é necessário esforçar-se para que, segundo os relativos pressupostos, o Ensino Religioso escolar responda às suas finalidades e características peculiares (CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO, 1983).

A ação educativa é, em primeira instância, responsabilidade dos pais, como afirmou Bento XVI na carta sobre o Ensino Religioso na escola: “Tal responsabilidade exerce-se também no direito de escolher a escola que garanta uma educação segundo os próprios princípios religiosos e morais” (BENTO XVI, 2009). Portanto, os pais dão importante testemunho quando são firmes na escolha da instituição que terá o dever de transmitir os princípios evangélicos e cristãos aos seus filhos. A vivência dos valores evangélicos e o

testemunho de sua importância na vida dos estudantes garantem a identidade do Ensino Religioso e a identidade da escola católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja tem o compromisso de encontrar a melhor forma de atingir a juventude, a fim de auxiliá-la na descoberta da própria espiritualidade, estabelecendo, assim, a relação entre a sua fé e a sua vida. Nesse compromisso, a escola católica reúne as melhores condições de cumprir a missão confiada por Jesus Cristo aos seus discípulos e, hoje, a toda a Igreja. O anúncio do Reino de Deus em meio a tantas transformações nos tempos atuais comporta e exige coerência e consciência da missão para acolher o mistério de Deus Criador.

O Ensino Religioso nas escolas católicas têm a função de ampliar a visão dos educandos para uma das suas competências específicas, que está, principalmente, no contato com as diferentes posturas, as diversas opiniões, as inúmeras crenças, as múltiplas formas de pensar, respeitando todas as diferenças sem confundir suas convicções. Dentro de ambien-

tes tão diversificados, o desafio permanece ainda maior, principalmente na realidade atual, em que acontecem rápidas transformações. Com isso, a aproximação com a juventude estudantil torna-se ainda mais exigente.

No empenho e compromisso de manter a concepção correta de Ensino Religioso, existem muitas iniciativas importantes visando garantir a preparação de materiais apropriados e a formação dos educadores, pois o papel da educação religiosa, na sua missão de conscientizar e crescer no compromisso com a cidadania, acontece nas ações pedagógicas realizadas a partir da realidade, dos acontecimentos e dos interesses que motivam a caminhada.

O professor do Ensino Religioso, tendo consciência da realidade em que a sociedade está inserida e acreditando na capacidade que as pessoas têm de melhorar as situações em que há condições de transformação, terá como missão articular essas possibilidades com os estudantes. Na realidade em que vivemos, há profundas marcas de fragmentação nas relações interpessoais e esse é o grande desafio do educador cristão, que precisa de muito discernimento no exercício da função. Nesta dinâmica, o educador terá, nas palavras e no

exemplo de Jesus Cristo, o caminho de verdadeiro filho de Deus, imagem e semelhança do Criador. A missão do profissional na escola católica é ajudar os estudantes a realizarem uma síntese pessoal entre fé e vida, fiel aos princípios educativos cristãos, desenvolvendo a especificidade e as características da escola católica e fazendo acontecer, nesse ambiente, o aspecto profundamente cristão.

O Ensino Religioso vem conquistando espaço e construindo identidade como área de conhecimento acadêmico e científico. Nessa trajetória, acompanha toda a história da educação brasileira, tendo presente a missão de evangelizar em todas as situações, em todos os espaços, ocasiões e realidades.

Outro aspecto de grande responsabilidade do educador é ter em mãos a sublime tarefa de provocar a manifestação da dimensão transcendente e estimular a compreensão dos fatos da vida com suas causas e consequências. Com isso, permite a apreensão da realidade em sua múltipla dimensionalidade. Cabe ao educador a missão de articular e proporcionar a veiculação de todas essas implicações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. O que é Religião? São Paulo: Ars. Poética, 1996.

BENTO XVI. Carta Circular aos Presidentes das Conferências Episcopais sobre o ensino da religião na escola. N. 520. 2009.

BÍBLIA SAGRADA. Evangelho de João e Marcos. Edição Pastoral. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides Martins Blancin. São Paulo: Paulinas, 1986.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248, p. 27833-41, dez. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.107. Acordo entre Estado do Vaticano e Governo Brasileiro. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm. Acesso em: 04/02/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: CNE, 2008.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Da Educação Católica. Julho, ano da graça de 2007.

CNBB. O que é Ecumenismo? Uma ajuda para trabalhar a exigência do Diálogo. São Paulo: Paulinas, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Estudo sobre o Ensino Religioso. N. 14, 1976.

_____. Catequese Renovada: orientações e conteúdo. São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. Pastoral da educação: estudos para diretrizes nacionais. Estudos 110. São Paulo: Paulus, 2016.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar hoje e amanhã: uma paixão que se renova: Instrumentum Laboris. Brasília: Edições CNBB, 2014.

_____. Educar ao humanismo solidário: para construir uma “civilização do amor” 50 anos após a Populorum Progressio. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Declaração Gravissimum Educationis (1965). In: Compêndio do Vaticano II:

Constituições, decretos, declarações. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. A Escola Católica. Vaticano: Vaticano, 1977.

_____. O leigo católico testemunha da fé na escola. Roma, 1982.

_____. Dimensão Religiosa da Educação na Escola Católica. Roma, 1988.

_____. Instrumentum Laboris. 2014.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. Diretório Geral para a Catequese, Documentos do Magistério. N. 74, 1983.

_____. O Diretório Geral da Catequese. N. 75, 1997.

DEPARTAMENTO DE CATEQUESE DO CELAM. Catequese na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1986.

DIRETÓRIO GERAL PARA A CATEQUESE. Congregação para o Clero. Paulinas, São Paulo, 3a. edição, 2001.

FRANCISCO. Homilia. Celebração das Vésperas com a participação dos universitários de Roma. 2013.

FRANCISCO. Audiência por ocasião da Assembleia Plenária da Congregação para a Educação Católica das Instituições de Ensino. 2014.

FRANCISCO. Discurso aos participantes do Congresso Mundial de Educação Católica. 2015.

JOÃO PAULO II. Catechesi Tradendae n. 69. 1979.

JOÃO PAULO II. Código de Direito Canônico. Sobre o Ensino Religioso. 1983.

JUNQUEIRA, S.; ROCHA, T. Pedagogia libertadora de Jesus. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

PAULO VI. Evangelii Nuntiandi. 1975.

PAULO VI. Discurso em Nazaré. Janeiro de 1964.

SCATENA, S. A Conferência de Medellín: contexto, preparação, realização, conclusões e recepção. In: BRIGHENTI, A.; PASSOS, J. (org.). Compêndio das Conferências dos Bispos da América Latina e Caribe. São Paulo: Paulinas/ Paulus, 2018.

3.

A compreensão do Ensino Religioso a partir dos diretórios de catequese da Igreja Católica Apostólica Romana

| Sérgio R. A. Junqueira

| Terezinha Sueli Rocha

O termo “diretório” tem origem no vocábulo latino “directoriu”, utilizado em diversos contextos no campo da gestão de uma junta ou comissão que administra um governo, associação, empresa ou outra entidade. Ou, ainda, um guia que coleta informações sobre pessoas, ruas ou outros pontos de interesse, os quais, geralmente, são ordenados alfabeticamente. No campo da computação, um diretório é um conjunto de arquivos ou ficheiros armazenados em um disco rígido e agrupados logicamente. Esses diretórios hospedam dados sobre seus arquivos e facilitam o acesso a eles.

Quanto aos Diretórios para a Catequese, foi uma solicitação que ocorreu no Concílio Vaticano, que prescreveu a redação de um “Diretório para a instrução catequética do povo”. Essa primeira versão foi promulgada por Paulo VI, em 11 de abril de 1971, denominado de “Diretório Catequético Geral” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971).

Esse Diretório orientou as Igrejas particulares no longo caminho de renovação da catequese, entre 1971 e 1997 (15 de agosto), quando, no pontificado de João Paulo II, foi promulgado o segundo “Diretório Geral para a Catequese” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1998). Esse documento

é resultado de um longo processo, iniciado a partir da Assembleia Sinodal, convocada por Paulo VI, em outubro de 1977, que escolheu a catequese como tema de análise e de reflexão episcopal. Quando João Paulo II assumiu o pontificado, prosseguiu com as discussões iniciadas por seu predecessor e formulou as suas primeiras orientações na “Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*” (16 de outubro de 1979). Publicou, ainda, o Catecismo da Igreja Católica (1992). Ao longo desse período de governo, o Papa preocupou-se com a orientação para a Catequese.

Visando uma atualização dessas orientações, o Papa Francisco, no ano de 2020 (23 de março), aprovou a nova versão do “Diretório para a Catequese”. Em cada texto publicado, verifica-se o esforço da Igreja Católica Apostólica Romana em responder às novas questões que orientam as Igrejas locais.

Em todas as três publicações, existe uma compreensão sobre o Ensino Religioso para a leitura da Igreja. Na primeira versão de 1971, número 73, afirma-se que a instrução religiosa nas escolas para a catequese é distinta e complementar. O que confere ao Ensino Religioso, nas escolas, o próprio caráter evangelizador é o

fato de ser chamado a adentrar uma determinada área da cultura e a se relacionar com outras áreas do saber. Essa compreensão foi confirmada no documento de 1997 ao se ratificar a mesma compreensão da distinção entre Ensino Religioso e Catequese (n. 73).

No universo cultural, que é interiorizado pelos alunos e definido pelas formas de saber e pelos valores oferecidos pelas demais disciplinas escolares e com as mesmas exigências de sistema, rigor e seriedade que requerem os demais componentes, o Ensino Religioso não se situa como algo acessório, mas no âmbito de um necessário diálogo interdisciplinar. Esse diálogo deve ser instituído, inicialmente, no nível no qual cada componente plasma a personalidade do aluno, que ocorre mediante esse diálogo interdisciplinar, o qual funda, eleva, desenvolve e completa a ação educadora da escola.

Esse mesmo documento (n. 74) afirma que o Ensino Religioso é desenvolvido em contextos escolares diversos, o que faz com que este, embora mantendo o caráter próprio, adquira acentuações diversas. Essas dependem de condições legais e de organização, da concepção didática, dos pressupostos pessoais dos

professores e dos alunos e da relação entre o ensino religioso escolar e a catequese familiar e paroquial.

Todavia, é necessário esforçar-se para que, segundo os relativos pressupostos, o ensino religioso escolar responda às suas finalidades e características peculiares. No cenário brasileiro, são reconhecidos dois modelos para esse componente curricular: a proposta não confessional desenvolvida no texto Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, e a proposta confessional reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (SFT), a partir do .

No Brasil, a compreensão de componente curricular é de que são saberes elaborados pela humanidade e as referências do mundo no qual o estudante está inserido. Apresentam especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados. Os elementos constitutivos do componente curricular são:

1. Dominar linguagens;
2. Compreender os fenômenos;
3. Enfrentar situações;
4. Construir argumentações;
5. Elaborar propostas.

No entanto, é necessário que se evidenciem esforços para que a instrução religiosa nas escolas responda aos seus objetivos e às suas características. O caráter confessional do Ensino Religioso nas escolas, em seus vários enfoques, pode ser garantido por legislações dos países. Especificamente, no Brasil, o Art. 33 da Lei n. 9.475/1997 (BRASIL, 1997, p. 76) afirma que compete aos sistemas de ensino regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecer as normas para a habilitação e admissão dos professores. Já no Diretório de 1997 (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020/316-317), existe uma indicação de que a Conferência dos Bispos estabelecerá as orientações próprias para os diversos âmbitos, estimulando atividades que são distintas e complementares.

Em muitos países do mundo, verifica-se que o Ensino Religioso é ministrado especificamente na escola e, em alguns casos, há, também, a possibilidade de se oferecer na escola a catequese de iniciação à vida cristã e aos sacramentos, de acordo com as indicações e as disposições do Bispo local (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020/241).

Para as escolas públicas, o Diretório de 1971 confirma que o Ensino Religioso para estudantes católicos e não católicos apresenta um caráter mais ecumênico e terá uma consciência mais inter-religiosa (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971/74; 1997/74). Compreende-se, também, que, em outras circunstâncias, a instrução religiosa terá um caráter amplamente cultural e ensinará o conhecimento das religiões, incluindo a religião católica (Idem, 1971/74). Ainda neste caso, sobretudo se administrado por um professor sinceramente respeitoso, o ensino religioso escolar mantém uma dimensão de verdadeira preparação evangélica (Idem, 1971/74; 1997/74).

Compreende-se que a escola católica é um lugar significativo para a formação humana e cristã. A declaração do Concílio Vaticano II "*Gravissimum Educationis*" marca uma mudança decisiva na história das escolas católicas, que é a passagem da escola como instituição à escola como comunidade. Essas escolas promovem a cultura e a formação humana dos jovens, com a função de desenvolver, na comunidade escolar, um ambiente animado por um espírito de liberdade e caridade ou, ainda, fazer com que os jovens desenvolvam a própria

personalidade, cresçam ao mesmo tempo na nova vida que lhes foi concedida pelo batismo; e finalmente, oriente toda a cultura humana para a mensagem de salvação (Idem, 1971/259).

Dessa forma, a tarefa educativa das escolas católicas deve desenvolver-se com base no conceito proposto pelo Concílio Vaticano II, que deve ser realizado na comunidade escolar, à qual pertencem todos aqueles que estão diretamente envolvidos nele: professores, gestão, pessoal administrativo e auxiliar, pais – centrais, por serem os educadores naturais e insubstituíveis de seus próprios filhos – e alunos, que são participantes e sujeitos ativos do processo educativo.

Com destaque para o Ensino Religioso na Escola Católica, verifica-se que é indissociável de sua função pedagógica e da base de sua existência (Idem, 1971/74; 1997/74; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 315). Podemos constatar que esse componente curricular tem sofrido variações consideráveis ao longo do tempo. A relação dele com a catequese é de especificidade na complementaridade (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA

NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 313). No Brasil, a partir de estudos e de pesquisa, foi estabelecida a distinção entre o ensino não confessional e o ensino confessional (de religião) e a catequese, que pretende a promoção e a adesão pessoal a Cristo e o amadurecimento da vida cristã.

Verifica-se que o diálogo continua a ser a única solução possível, inclusive diante da negação do dado religioso, do ateísmo e do agnosticismo (Idem, 2020, 315).

É fundamental que os docentes sejam capazes de correlacionar o religioso e a cultura, componente humana e religiosa, ciência da religião, escola e outras instâncias educativas. O compromisso do docente é perfeitamente educativo, orientado para o amadurecimento humano dos alunos. Ao mesmo tempo, os professores precisam estar comprometidos com um crescimento pessoal, inseridos numa comunidade e que tenham o desejo de dar razão por meio das suas competências profissionais (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020/318).

FÉ E CULTURA

Os documentos da Igreja mostram que o Ensino Religioso, como área da educação, tem o compromisso de despertar o educando para o mundo do conhecimento no aspecto da religiosidade, tendo sempre o enfoque maior no ser humano em vista da transcendência. O ser humano manifesta contínua necessidade de desenvolvimento e quer superar todos os limites, o que proporciona esperança na vida além da morte, a transcendência. A busca pelo entendimento da transcendência é uma característica importante do ser humano, que precisa ser considerada na dimensão da vida espiritual. E esse é um dos objetivos do Ensino Religioso. O projeto educacional da instituição de ensino deve contribuir na formação integral do educando e permitir a transformação do conhecimento em sabedoria de vida (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 75; 1997, 259; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 314).

Considerando que a epistemologia do Ensino Religioso é o conhecimento da religião, o qual está situado num espaço que abrange mais que as tradições ou instituições religiosas,

conclui-se que sua abrangência está no espaço humano – que quer ser habitado pelo conhecimento religioso. Essa busca pelo entendimento do fenômeno religioso envolve todas as áreas do conhecimento e respeita o comportamento, a cultura, a postura intelectual e moral do ser humano (Idem, 1971, 228; Idem, 2020, 314).

Somente o conhecimento teórico não consegue compreender o processo humano. O que é importante e necessário é promover o diálogo e favorecer a vida em comunidade que o Ensino Religioso propicia aos educandos. Esse componente curricular proporciona o conhecimento de elementos básicos na composição do fenômeno religioso, que nasce das experiências religiosas vivenciadas no contexto sociocultural. A religião é uma dimensão da existência humana e deve ser o propósito no harmonioso desenvolvimento dos educandos e da sociedade (Idem, 1971, 222; Idem, 2020, 314).

Sendo uma disciplina escolar, o Ensino Religioso atende a todas as exigências das demais e tem os objetivos em consonância com as finalidades próprias da instituição escolar. O ensino da religião católica tem como um de seus objetivos a promoção e o amadurecimento no processo de abertura para o diálogo

respeitoso em relação aos mais diversos posicionamentos (Idem, 1971, 223; 1997, 223; Idem, 2020, 315).

Com o objetivo de promover uma ação transformadora de cidadania e fraternidade, o Ensino Religioso orienta ações de convivência ecumênica, tolerância religiosa e respeito à diversidade e pluralidade religiosa. Assim como em todas as outras disciplinas, o Ensino Religioso tem o compromisso de favorecer espaços de reflexão para os temas transversais. Com essa característica, o Ensino Religioso é chamado a entrar no universo da cultura, dialogando com todas as outras formas de saber e garantindo que a mensagem do Evangelho possa fazer parte do processo de assimilação, de forma sistemática e crítica, da cultura, de uma forma pessoal (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1997, 221-222).

Na sua vida, Jesus manifesta forte ligação entre a contemplação de Deus e a relação pessoal com os menos favorecidos da sociedade. Quando chama seus discípulos, ensina-os a servir os necessitados e prediletos do Senhor, descobrindo neles a presença de Deus, e, assim, encontrar o Pai por

meio deles (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 386).

Os problemas sociais podem fazer a humanidade refletir e assumir sua vivência concreta a partir do Evangelho. Faz parte do aprofundamento da fé a busca de transformação da visão social e política, o esforço contra as injustiças, a edificação da paz e o cuidado com a criação por meio da solidariedade e subsidiariedade. E é esse o motivo para agir a favor do bem da comunidade.

Aqueles que têm responsabilidades maiores em áreas sociais, culturais, midiáticas, econômicas e políticas devem ter atenção especial, pois geralmente exercem grande influência no bem comum. Jesus conferiu ao trabalho a dignidade associada à própria obra da redenção. Com o trabalho digno, a pessoa expressa a dignidade da própria existência. A globalização trouxe contradições a respeito do mundo do trabalho. Tudo isso faz com que haja necessidade de uma ação evangelizadora, especialmente para os que estão mais envolvidos e têm muitas responsabilidades (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 58; CONSELHO

PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 389, 391-392).

O serviço de educação para a fé necessita evangelizar nas realidades temporais e do trabalho. Essa atenção deve estar presente nos ambientes de trabalho, com crianças em idade escolar, jovens e adultos, pois há nessa ação uma preciosa colaboração na formação orgânica da personalidade. O trabalho ilustra o nobre significado do compromisso da humanidade e reforça o testemunho cristão no local do trabalho, ajudando a ser fermento de reconciliação nas situações de conflito, a estimular o compromisso a favor da humanização do trabalho e a trabalhar na defesa dos direitos dos mais fracos (Idem, 1971, 73; Idem, 2020, 393).

Assim, enfoca diferentes cenários com os quais a educação religiosa tem o compromisso de trabalhar pela edificação do Reino de Deus, como os contextos urbanos segregantes, a situação dos povos indígenas e a superação de preconceitos, a fim de trazer dignidade, esperança e promoção da proteção ambiental. No contexto de pluralismo religioso, o importante é promover a ação missionária por meio do testemunho

cristão, da colaboração e do diálogo (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 59, 76).

CONTEXTOS ESCOLARES E EDUCACIONAIS

A sociedade vem mudando rapidamente. Na atualidade, muito mais que em outros tempos, constatamos a existência de um universo religioso bem diversificado, inclusive em termos de realidade escolar e instituições de ensino. As Conferências Episcopais e Bispos Diocesanos orientam e atualizam o ensino da religião católica e até disponibilizam materiais apropriados, caso sejam necessários (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 316). A Igreja sempre reflete sobre ações para cumprir, da melhor maneira, a grande missão que Cristo lhe confiou e busca por elas. Olhando profundamente o contexto cultural, novas situações vão surgindo e a Igreja vai assumindo os desafios, a fim de levar a mensagem do Evangelho a todas as criaturas.

A realidade atual exige discernimento constante de quem tem a missão de transmitir a mensagem do Evangelho

aos educandos. Esta é uma área específica de atuação com aqueles que perguntam sobre a religião e sobre o ser religioso e com aqueles que buscam entendimento sobre o fenômeno religioso como comportamento cultural, postura intelectual e moral, sempre valorizando a diversidade religiosa e as respectivas instituições. O Ensino Religioso trabalha na promoção e no respeito dos valores humanos e cristãos e possibilita o diálogo entre a cultura e a descoberta das diversidades. A coexistência da diversidade proporciona a compreensão das tradições religiosas e possibilita a experiência do pluralismo religioso (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 74; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 396).

Os diversos contextos escolares conservam a instrução religiosa, mantêm o caráter próprio dela, guiando-se pelas circunstâncias legais e organizacionais, pelas perspectivas pessoais dos profissionais e educandos e pelas teorias educativas. Há a consciência de que todos os seres humanos merecem e têm o direito de conhecer a mensagem salvífica de Jesus Cristo. O caráter confessional do Ensino Religioso, em

seus diversos enfoques, é a garantia para todos os que optam por essa educação (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 224-225).

No Diretório, o enfoque sobre a ciência e a tecnologia confirma a responsabilidade na orientação e na promoção de melhorias na condição da vida humana, juntamente com o desenvolvimento e o progresso, sempre a serviço do ser humano. Existe, também, a recomendação de um direcionamento profundo e bem-preparado, a fim de ser combatida uma possível imprecisão na divulgação científica e tecnológica. E tem, ainda, uma importante exortação sobre preconceitos e ideologias a serem superados e esclarecidos, para se evitar quaisquer conflitos entre fé e ciência. O cientista é adepto da verdade e busca, com sincera coerência, aquilo que favorece a humanidade (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 368-369).

O progresso das importantíssimas e diversas ciências marca a sociedade e os educandos. Como parte da mentalidade científica, os estudantes precisam ser introduzidos à realidade de que o saber científico é perfeitamente compatível com a fé. O educador trabalha exatamente com

essa realidade, mostrando que as questões sobre a origem do mundo e da vida, as leis da natureza e tudo o que envolve esses assuntos revelam o caráter espiritual que torna a vida humana singular entre os seres vivos (1997, 288; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 354).

A humanidade participa do plano criador de Deus e, mesmo que aparentemente surjam conflitos entre conhecimentos científicos e alguns ensinamentos da Igreja, estes devem ser esclarecidos pela exegese bíblica e pela reflexão teológica, “interpretando a Revelação, aplicando uma correta epistemologia científica, esclarecendo equívocos históricos e iluminando preconceitos e ideologias” (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 355).

O desafio da evangelização, no mundo digital, promove a necessidade de saber lidar com as tecnologias, canal de esperança, para fazer acontecer o Projeto de Jesus Cristo, que é o de vida plena para todos. O fenômeno da cultura digital e a globalização da cultura, relacionados entre si, trazem a exigência da dinâmica histórica a ser enfrentada. É necessário que o educando conquiste espaços na

sociedade, resistindo às pressões da fragmentação, e tenha consciência da responsabilidade compartilhada para o bem da humanidade. As ferramentas digitais alteram e trazem consequências culturais, sociais e psicológicas para a sociedade.

O mundo digital não é somente o meio tecnológico, mas é mudança de comportamento, pois imprime sua marca ao influenciar, contínua e rapidamente, toda a sociedade em diversos sentidos, como a noção de tempo e espaço, a percepção de mundo, de si e dos outros, o modo de relacionar-se, comunicar-se, aprender e formas de lidar com as situações. Com isso, percebe-se que o digital está modificando a mentalidade, inclusive a hierarquia de valores. Em escala global, quando anuladas distâncias geográficas com os dispositivos em rede, todo o planeta está envolvido (Idem, 2020, 359-360).

A questão ecológica, também importantíssima, principalmente na realidade atual, exige de todas as pessoas uma profunda conversão, pois é nessa área de proteção da criação que se garantem ações efetivas para o bem comum. Essa conversão é uma tarefa para os educadores, que, na proteção da criação, promovem com os educandos o espírito ecológico, que é parte integrante da vida cristã. O

crescimento da ciência e da técnica, infelizmente, não foi acompanhado da conservação da responsabilidade e da consciência ecológica. Com isso, trouxe sérias consequências para a vida do planeta, como poluição, alterações climáticas e perda da biodiversidade, que deterioram a qualidade da vida e a degradação social (Idem, 2020, 381).

No ensino da religião, há o reconhecimento dos sinais de Deus e, portanto, suas ações estão sempre na motivação e no apoio à mentalidade e à espiritualidade ecológicas, de acordo com a sabedoria das narrativas bíblicas e o Magistério social da Igreja. Essa dinâmica favorece a aquisição de atitudes e comportamentos que promovem a ecologia integral, conforme a doutrina social da Igreja, que trata da ecologia ambiental, social, econômica, política, ecológica cultural e da vida quotidiana (Idem, 2020, 383).

O desenvolvimento científico avançou muito no aspecto biológico e a Igreja agradece o esforço, a dedicação e o compromisso generoso de todos ao investigar e trabalhar nessa área. O que a Igreja pede ao cientista é que seja consciente em tudo o que é tecnicamente possível – precisa ser ética e moralmente bom e estar em consonância com a dignidade da pessoa

(SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 21; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 373-374).

Outro grande desafio da educação na religião é a busca incessante de transformar a cultura do instantâneo, que se instala entre os jovens, em uma frente em que eles consigam distinguir o que realmente é importante, a fim de conquistarem autonomia e serem capazes de reagir diferentemente dos demais. É necessário acompanhar a juventude em sua busca de liberdade interior, propiciando, assim, a autenticidade de suas ações dentro da sociedade, sem a necessidade de apelos ideológicos.

É importante, também, oferecer aos jovens espaços de experiência de fé autêntica, fornecendo chaves interpretativas que proporcionem a reflexão de temas relevantes, como fraternidade, paz, solidariedade, justiça e equidade. A educação religiosa tem o objetivo de propiciar o amadurecimento na fé e o conhecimento da mensagem de Jesus Cristo, no esforço de tornar o Evangelho sempre atual, servindo de amparo ao testemunho verdadeiro e coerente do cristão. O Diretório lembra que toda pessoa batizada é um discípulo e é necessário muito

esforço na busca de novas linguagens para comunicar a fé (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 371).

O desafio da linguagem, no processo da evangelização, está no fato de comunicar, de modo eficaz, a mensagem e conseguir articular a fé e a vida com a história de Jesus. No discipulado, o testemunho, a misericórdia e o diálogo são os mais importantes. Esses são os elementos que dão sentido para a vivência do cristão e as escolas católicas são comunidades de fé que vivem o projeto educativo com base nos valores do Evangelho (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 222; 1997, 221; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 313 e 364).

A questão ecológica também motiva que o ensino da religião apresente aos educandos questionamentos e posturas conscientes de que critérios alternativos levam a repensar escolhas políticas e, ainda, a rever a relação com a economia, que é um aspecto importante para a humanidade na promoção da justiça social. Faz-se necessário escutar o grito da terra, que está intimamente relacionado com o grito dos mais necessitados e a salvaguarda da criação (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A

PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, 382).

Os ensinamentos da religião contam com critérios especialmente pensados, com renovação constante e consciente, e precisam ser sempre uma atividade dentro do contexto histórico e cultural. É necessário saber aproveitar os meios existentes, fundamentados na Sagrada Escritura, na Tradição, na Liturgia, no Magistério e na vida da Igreja, e cuidar para que o ensinamento se torne vida. A eficácia dos ensinamentos da religião é dom de Deus e manifestação da obra do Espírito do Pai e do Filho (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 1971, 288).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo e na pesquisa do Diretório, nos artigos que trazem orientações para a educação religiosa nos espaços eclesiais, são evidenciados elementos essenciais para fundamentar os ensinamentos da religião nos espaços escolares e todas as implicações vindas dessa nobre missão.

É notável a ação do Espírito Santo em cada um dos religiosos que trabalharam na elaboração do documento com discernimento e abertura aos apelos

da Igreja e da sociedade, a fim de favorecer o crescimento na fé, por meio do ministério educacional. O Diretório articula perfeitamente a evangelização no amadurecimento da fé à luz da cultura.

Os agentes da educação na fé, do Ensino Religioso e da Catequese confiam na intercessão da Santíssima Trindade para desempenhar bem sua missão na Igreja Católica e na fé. Com esperança e caridade, eles desejam cumprir a missão de evangelizar e encaminhar seus educandos para a plenitude da vida em Cristo.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica Catechesi Tradendae. Disponível em: . Acesso em: 15.12.22.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. Diretório Catequético Geral. São Paulo: Paulinas, 1971.

NAVARRO, V.M.; SATRE, R. Dicionário de Catequese. São Paulo: Paulus, 2004.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. Diretório Geral para a Catequese. São Paulo: Paulinas/Loyola, 1998.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. Diretório para a Catequese. Vaticano: Ed. Vaticano, 2020.

4.

Levantamento
de dados: **Ensino
Religioso e
Pastoral Escolar
nas escolas
Católicas do
Brasil**

| Sérgio R. A. Junqueira

| Roberta Guedes

| Gregory Rial

HISTÓRICO E O PRIMEIRO LEVANTAMENTO DE 2004

A história da educação brasileira confunde-se com a da educação católica. O primeiro modelo instaurado pelos europeus neste país foi o da cristandade, em que a estrutura social era concebida igual à estrutura cristã. Nesse modelo, Estado e Igreja viviam numa relação simbiótica, sacramentada pelo instrumento do padroado, com imbricações profundas entre si que, muitas vezes, geravam conflitos institucionais. As leis régias regulamentavam quase todo o trabalho missionário e influenciavam o cotidiano religioso no processo de colonização do país. Nesse cenário, organizavam-se os primeiros estabelecimentos de ensino, visando a implantação e implementação da religião católica e da Coroa portuguesa. Essa relação é visível, também, ao longo do período imperial. Um elemento que nos serve de testemunho para esse dado é o artigo sobre a Educação Básica de 1824, no qual encontramos as indicações do que deveria ser ensinado às crianças, propondo-se, em conjunto com os conteúdos de gramática, cálculo e outros, também,

a doutrina e moral cristã católica. Diante dessa realidade, percebe-se que a reflexão sobre a identidade e a distinção entre Ensino Religioso e Pastoral não eram questões para os religiosos, pois os objetivos deles centravam-se em implantar a Coroa portuguesa e a cristandade.

Esse processo permaneceu no século XIX, quando os bispos procuraram, na Europa, novas Congregações para apoiarem a presença da Igreja no Brasil, marcando a presença religiosa em escolas, hospitais e outras instituições complementares à estruturação de uma sociedade em que se acentuava, marcadamente, a aliança entre o Estado e a Igreja. Entretanto, no decorrer do século XX, vimos a sociedade brasileira despertar e assumir, progressivamente, o seu direito de reconhecer a pluralidade e a diversidade cultural e religiosa, gerando reflexões e revisões de posturas e condutas necessárias a uma sociedade multicultural.

O reconhecimento da diversidade no Brasil é confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ao tratar dos modelos de instituições de ensino confessional e ideologia específicas. Tal distinção dos modelos de instituições nos leva a compreender que a sociedade não

é mais uma cristandade. Com isso, percebe-se, também, o afastamento dos discursos das instituições religiosas por diversos fatores, mas especialmente daquelas que não garantem, no exercício teórico-prático, a credibilidade da proposta anunciada, pois Anúncio e Testemunho – elementos da organização de uma evangelização – são observados e analisados nas relações que se estabelecem no cotidiano escolar e em relação aos fatos, às exigências e aos acontecimentos no mundo.

Portanto, efetivamente com a homologação da terceira Lei de Diretrizes e Base Nacional da Educação (Lei n. 9.394/1996) para orientar a educação no país, entre os aspectos mencionados nessa legislação, encontramos a orientação para o Ensino Religioso (Art. 33) e sobre a identidade da escola confessional (Art. 20). Em 1997, foi alterada a compreensão do artigo sobre o Ensino Religioso. Em 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a orientação para a organização do currículo brasileiro, inclusive com o Ensino Religioso como componente curricular e, em 2018, foram aprovadas as Diretrizes para a formação do professor de Ensino Religioso em Ciência da Religião pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE) e, finalmente, em 2019, foi alterado o artigo sobre as Escolas Confessionais (Lei n. 13.868, que alterou para o Art. 19). Visando compreender o impacto dessas legislações para a escola católica, foram realizadas pesquisas para entender a leitura no cenário dessas instituições.

O primeiro levantamento ocorreu em 2004. O Setor de Ensino Religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio da Associação de Educação Católica (AEC), organizou uma pesquisa sobre a situação do Ensino Religioso nas escolas católicas brasileiras e elementos da Pastoral Escolar. O questionário, na ocasião, foi elaborado pelo Grupo de Estudos do Ensino Religioso Escolar da CNBB (GRERE). Esse instrumento teve como intenção compreender a situação do componente curricular e da Pastoral nas instituições de Educação Básica católica no cenário brasileiro. À época, 283 escolas de 12 estados da federação responderam ao questionário.

A partir desse levantamento, verificou-se que os modelos de Ensino Religioso, naquela pesquisa, eram de duas categorias: confessional (55%) e inter-religioso (43,5%), sendo que 1,5% sem identificação.

A pesquisa demonstrou que o Ensino Religioso iniciava um processo de inserção no Projeto Pedagógico como um componente curricular, e não mais como uma leitura doutrinal e catequética percebida nas décadas anteriores. O relatório indicou que, no tocante à organização e à coordenação do Ensino Religioso, existia uma tendência de que esse componente curricular fosse assumido pela equipe pedagógica, o que se constatou em 65% das instituições; em 27,2% das escolas, permanecia vinculado à equipe pastoral, e 7,3% apontaram outras situações, como a não existência de uma coordenação, o que deixava a responsabilidade com a diretoria da escola. Na ocasião, existiam apenas duas coleções didáticas que atendiam a essa nova perspectiva pedagógica: Redescobrimo o Universo Religioso (Editora Vozes) e Coleção de Ensino Religioso (Edições Paulinas). Quanto à formação de professores para esse componente curricular, identificamos que a então Associação de Educação Católica (AEC) oferecia cursos nas regionais com ênfase no campo da Teologia, porém já se percebia sinalização para a formação da Ciência da Religião.

A ANEC realizou um segundo levantamento, em 2022, após aprovação e implementação da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo foi o de verificar a identidade do componente curricular e da Pastoral nas instituições educacionais católicas associadas.

METODOLOGIA

Para a realização do novo levantamento, a ANEC enviou um questionário, em formato de formulário eletrônico, para todas as suas associadas, que estava dividido em seis seções:

1. Identificação da escola
2. Ensino Religioso – visão geral
3. Ensino Religioso – formação docente
4. Ensino Religioso – matriz curricular
5. Pastoral Escolar – pesquisa complementar
6. Relação com a ANEC

A aplicação do questionário seguiu, rigorosamente, a Política de Privacidade e Proteção de Dados da ANEC, elaborada em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD). Na síntese dos dados coletados a seguir, apresentaremos os resultados das seções 2, 3, 4 e 5 da pesquisa.

RESULTADOS

Região	Estado	Quantidade de instituições
Região Norte	Amazonas	1 instituição
	Pará	3 instituições
	Tocantins	1 instituição
Região Nordeste	Alagoas	1 instituição
	Bahia	2 instituições
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	11 instituições
	Goiás	3 instituições
	Mato Grosso	1 instituição
	Mato Grosso do Sul	2 instituições
Região Sudeste	Minas Gerais	35 instituições
	Espírito Santo	4 instituições
	Rio de Janeiro	13 instituições
	São Paulo	34 instituições
Região Sul	Paraná	18 instituições
	Santa Catarina	3 instituições
	Rio Grande do Sul	17 instituições
Brasil	16 Unidades da Federação	149 instituições

1. Amostra

Responderam ao questionário 149 instituições associadas, sendo:

- 121 escolas de educação básica;
- 3 redes de educação ou universidade.

Com isso, na pesquisa, 77 mantenedoras estão representadas.

Das escolas que participaram dessa pesquisa:

- 91 atendem todos os segmentos, da Educação Infantil ao Ensino Médio;
- 12 atendem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais;

- 6 atendem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- 7 atendem dos Anos Finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio;
- 1 atende apenas a Educação Infantil;
- 1 atende apenas o Ensino Médio e a EJA;
- 2 atendem apenas o Ensino Médio.

Dos responsáveis pelo preenchimento do questionário:

- 49 ocupam cargo de gestão (direção-geral/vice direção);

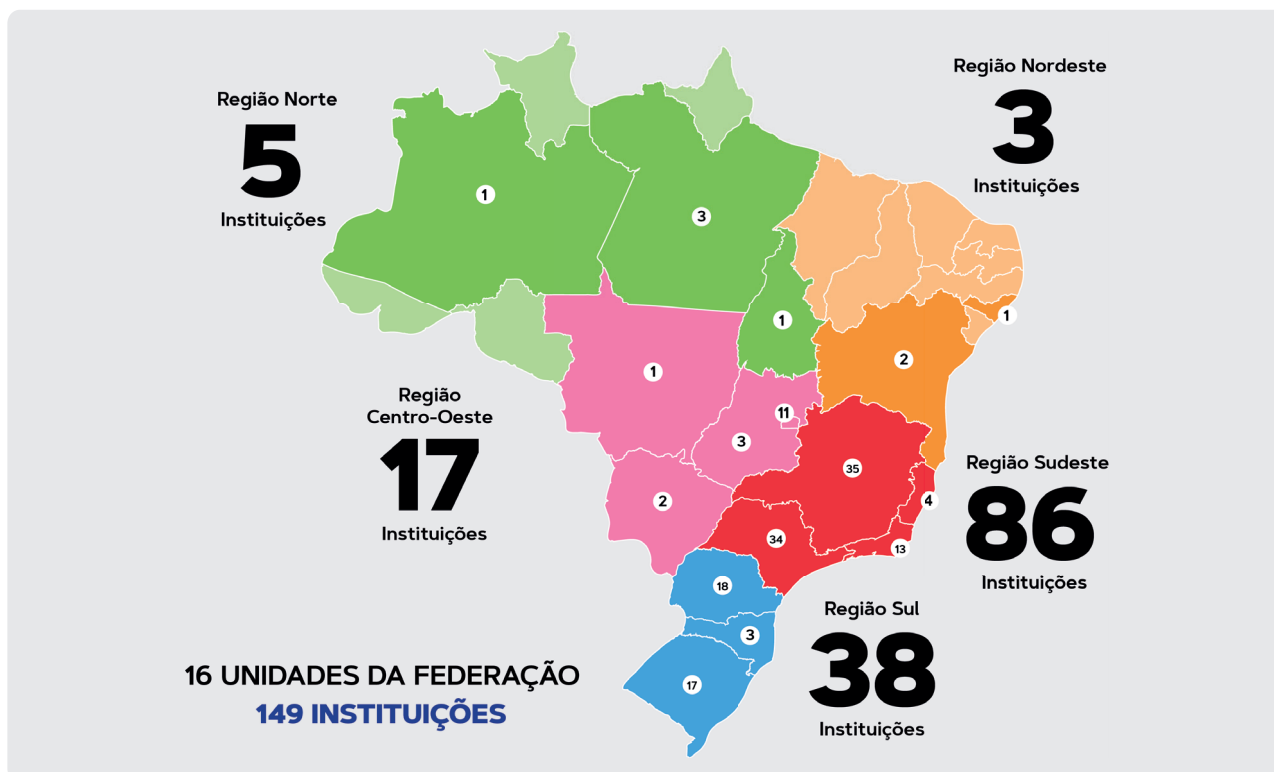


Figura 1: Mapa do Brasil e representatividade na amostragem da pesquisa

- 47 ocupam o cargo de Coordenação de Pastoral;
- 20 ocupam o cargo de Coordenação de Área;
- 19 ocupam o cargo de professores/as;
- 05 ocupam cargo de Assessores/Assistentes/Agentes de Pastoral.

2. Oferta do Ensino Religioso

Quanto ao Ensino Religioso, esse componente curricular é ofertado em 27% da Educação Infantil; 26% do Ensino Fundamental (Anos Iniciais/Anos Finais); 19% do Ensino Médio; e 0,2% da EJA.

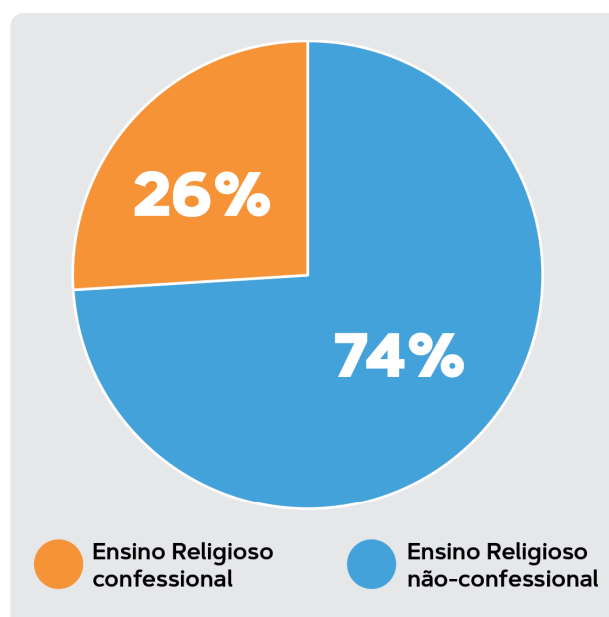


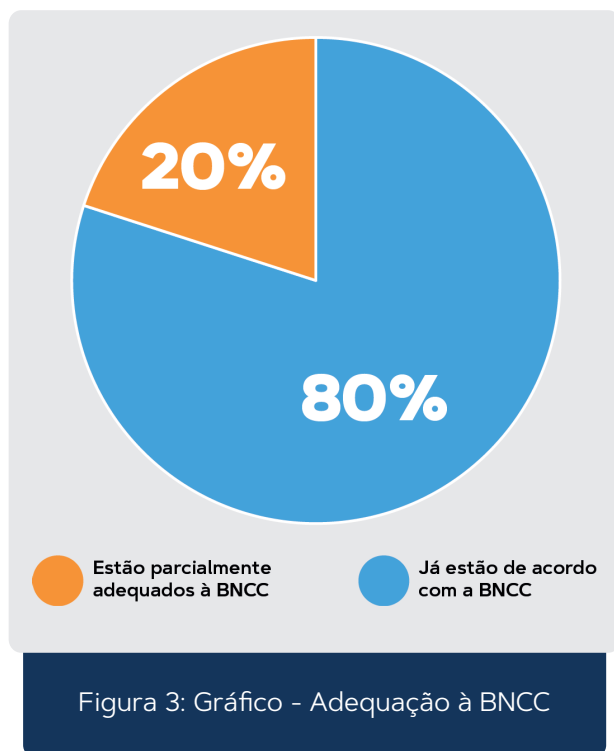
Figura 2: Gráfico - Modalidade do Ensino Religioso

Sobre a modalidade de Ensino Religioso adotada:

- 74% afirmam ser não confessional (abordagem a

partir do fenômeno religioso e da Ciência da Religião);

- 26% afirmam ser confessional.



Acerca da adequação da proposta à Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

- 80% afirmam já estar de acordo com a BNCC;
- 20% afirmam que estão parcialmente adequados à BNCC.

No que se refere a partir de quais conteúdos curriculares o Ensino Religioso é organizado na unidade escolar:

- 44% afirmam que é a partir do estudo do fenômeno religioso;

- 40% afirmam que é a partir de valores e virtudes;
- 7% afirmam que é a partir da doutrina de tradição específica; neste caso, o catolicismo.
- 5% afirmam que é a partir de outros conteúdos prioritários: valores e fenômenos; narrativas cristocêntricas e referencial antropológico.

Quanto ao acompanhamento desse componente curricular:

- 42% informam que é realizado pela Coordenação Pedagógica;
- 35% informam que é realizado por uma Coordenação de Área específica para o Ensino Religioso;
- 15% informam que é realizado pela Coordenação de Pastoral;
- 8% informam que existe uma função que articula a área de Ensino Religioso e o Setor de Pastoral Escolar.

3. Número de aulas por segmento

De modo geral, em média, 77% das escolas oferecem uma aula de Ensino Religioso por semana, 19% oferecem duas aulas, 0,2% oferece três ou mais aulas

e 3% trabalham o componente curricular por meio de encontros e projetos.

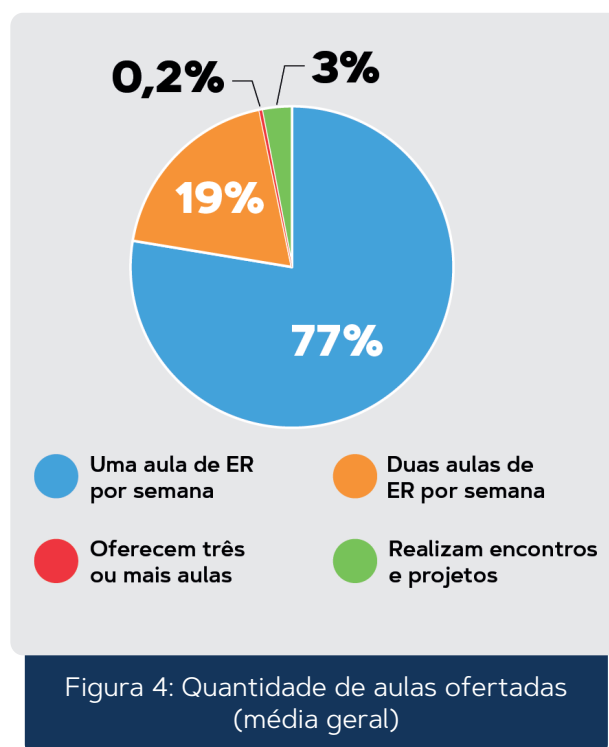
Entre as 119 escolas que registraram oferecer a Educação Infantil:

- 67% ofertam uma aula de Ensino Religioso;
- 11% ofertam duas aulas de Ensino Religioso;
- 11% adotam o formato de encontros e projetos para oferecer o Ensino Religioso;
- 11% não oferecem o Ensino Religioso no segmento.

Das 116 escolas que registraram oferecer o Ensino Fundamental Anos Iniciais:

- 76% ofertam uma aula de Ensino Religioso;
- 21% ofertam duas aulas de Ensino Religioso;
- 2% adotam o formato de encontros e projetos para oferecer o Ensino Religioso;
- 1% oferta três ou mais aulas de Ensino Religioso.

Das 114 escolas que registraram oferecer o Ensino Fundamental Anos Finais:



- 76% ofertam uma aula de Ensino Religioso;
- 22% ofertam duas aulas de Ensino Religioso;
- 2% adotam o formato de encontros e projetos para oferecer o Ensino Religioso.

Das 82 escolas que registraram oferecer o Ensino Médio (EM):

- 82% ofertam uma aula de Ensino Religioso;
- 6% ofertam duas aulas de Ensino Religioso;
- 3% adotam o formato de encontros e projetos para oferecer o Ensino Religioso;

- 9% não oferecem o Ensino Religioso no segmento.

Sobre o estilo da oferta a partir das possibilidades estabelecidas no Novo Ensino Médio:

- 98% adotam o Ensino Religioso como parte dos componentes obrigatórios;
- 2% adotam o Ensino Religioso como componente curricular optativo.

Para 83%, o Ensino Religioso foi relacionado a algum Itinerário Formativo específico, enquanto 17% o mantiveram como um componente isolado.

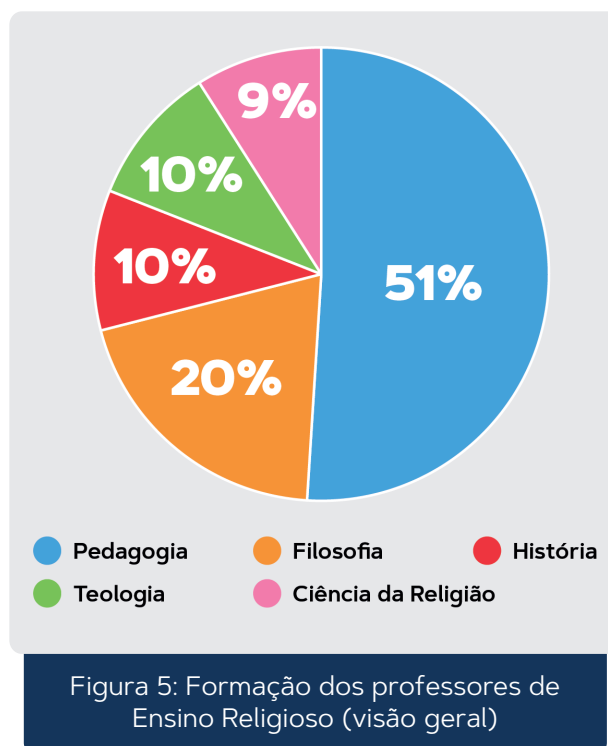
Das 7 escolas que registraram oferecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA):

- 86% ofertam uma aula de Ensino Religioso;
- 14% ofertam duas aulas de Ensino Religioso.

4. Formação do professor de Ensino Religioso – visão geral

Do total geral de professores, observa-se, quanto à formação, que:

- 51% são licenciados em Pedagogia;
- 20% são licenciados em Filosofia;



- 10% são licenciados em História;
- 10% são bacharéis em Teologia;
- 9% são licenciados em Ciência da Religião.

Desses educadores, 31% possuem alguma especialização em Ensino Religioso (pós-graduação *latu sensu* ou curso de extensão); 4% têm Mestrado ou Doutorado em Ciência da Religião; 1,5% possui Mestrado ou Doutorado em Filosofia; 1% tem Mestrado ou Doutorado em Teologia; e 0,5% possui Mestrado e Doutorado em outras áreas.

5. Formação do professor de Ensino Religioso – recorte por segmento

Quanto à formação do professor que leciona o componente curricular de Ensino Religioso na Educação Infantil:

- 86% são licenciados em Pedagogia;
- 5% são licenciados em Filosofia;
- 5% são bacharéis em Teologia;
- 4% são licenciados em Ciência da Religião.

Desses educadores, 16% possuem alguma especialização (pós-graduação *latu sensu* ou curso de extensão) em Ensino Religioso; 2% têm Mestrado ou Doutorado em Teologia; 1% possui Mestrado ou Doutorado em Ciência da Religião; e 2% têm Mestrado ou Doutorado em Filosofia.

Quanto à formação do professor que leciona o componente curricular de Ensino Religioso no Ensino Fundamental Anos Iniciais:

- 73% são licenciados em Pedagogia;
- 11% são licenciados em Filosofia;
- 7% são licenciados em História;
- 7% são licenciados em Ciência da Religião;

- 2% são bacharéis em Teologia.

Desses educadores, 17% possuem alguma especialização (pós-graduação *latu sensu* ou curso de extensão) em Ensino Religioso; 3% têm Mestrado ou Doutorado em Ciência da Religião; e 1,5% possui Mestrado ou Doutorado em Teologia.

Quanto à formação do professor que leciona o componente curricular de Ensino Religioso no Ensino Fundamental Anos Finais:

- 32% são licenciados em Pedagogia;
- 30% são licenciados em Filosofia;
- 15% são bacharéis em Teologia;
- 15% são licenciados em História;
- 10% são licenciados em Ciência da Religião.

Desses educadores, 27% possuem alguma especialização (pós-graduação *latu sensu* ou curso de extensão) em Ensino Religioso; 9% têm Mestrado ou Doutorado em Ciência da Religião; e 1% possui Mestrado ou Doutorado em Teologia.

Quanto à formação do professor que leciona o componente curricular de Ensino Religioso no Ensino Médio:

- 30% são licenciados em Filosofia;
- 25% são licenciados em Pedagogia;
- 18% são bacharéis em Teologia;
- 16% são licenciados em História;
- 11% são licenciados em Ciência da Religião.

Desses educadores, 27% possuem alguma especialização (pós-graduação *latu sensu* ou curso de extensão) em Ensino Religioso; 4% têm Mestrado ou Doutorado em Filosofia; 2% possuem Mestrado ou Doutorado em Ciência da Religião; e 1% tem Mestrado ou Doutorado em Teologia.

Quanto à formação do professor que leciona o componente curricular de Ensino Religioso na Educação de Jovens e Adultos:

- 56% são licenciados em Pedagogia;
- 26% são licenciados em Filosofia;
- 6% são bacharéis em Teologia;
- 6% são licenciados em História;
- 6% são licenciados em Ciência da Religião.

Desses educadores, 30% possuem alguma especialização (pós-

graduação *latu sensu* ou curso de extensão) em Ensino Religioso; 6% têm Mestrado ou Doutorado em Ciência da Religião; e 4% possuem Mestrado ou Doutorado em Filosofia. Não foi registrado nenhum professor de Ensino Religioso na EJA com Mestrado ou Doutorado em Teologia.

6. Material didático de Ensino Religioso

Em média, algum material didático é adotado por 37% das instituições. Esse número, contudo, varia de acordo com o segmento. No Ensino Fundamental, Anos Iniciais ou Anos Finais, a adoção é proporcionalmente maior, uma vez que o Ensino Religioso é componente curricular obrigatório, de acordo com a BNCC. Na Educação Infantil e no Ensino Médio, a porcentagem cai bastante, já que não se trata de componente curricular obrigatório explicitado na BNCC.

Acerca do uso de livro didático de Ensino Religioso na Educação Infantil:

- 70% não utilizam livro didático;
- 22% utilizam livro didático;
- 8% elaboram o próprio material.

Acerca do uso de livro didático de Ensino Religioso nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- 57% utilizam livro didático;
- 42% não utilizam livro didático;
- 1% produz o próprio material.

Acerca do uso de livro didático de Ensino Religioso no Anos Finais do Ensino Fundamental:

- 58% utilizam livro didático;
- 41% não utilizam livro didático;
- 1% produz o próprio material.

Acerca do uso de livro didático de Ensino Religioso no Ensino Médio:

- 91% não utilizam livro didático;
- 5% utilizam livro didático;
- 4% produzem o próprio material.

Acerca do uso de livro didático de Ensino Religioso na Educação de Jovens e Adultos:

- 98% não utilizam livro didático;
- 1% utiliza livro didático;
- 1% produz o próprio material.

7. Sobre a formação continuada dos professores

Quanto à formação continuada para apoiar o trabalho dos professores de Ensino Religioso:

- 72% oferecem atividades formativas;

- 28% não oferecem atividades formativas.

Entre as que oferecem:

- 51% afirmam que a própria escola oferece;
- 49% afirmam que é ofertada em parceria com outras instituições.

Nas parcerias firmadas:

- 39% afirmam ser com a própria mantenedora ou rede;
- 26% afirmam ser com editoras;
- 18% afirmam ser com universidades;
- 17% afirmam utilizar os serviços da ANEC.

Com relação aos temas de maior interesse, foram mapeados: a Relação Pastoral e ER (25%); Diversidade religiosa e intolerância (17%); Aprendizagem baseada em projetos (15%); Currículo do ER (14%); Metodologia e didática do ER (13%).

8. Relação entre Pastoral e Ensino Religioso

Foi perguntado se, na escola, a Pastoral Escolar é separada ou unificada ao Ensino Religioso. A pergunta não especificava qualitativamente o que significava estar unificado ou separa-

do, deixando ao juízo do respondente a interpretação. Foram dadas as seguintes opções de resposta: totalmente unificados; totalmente separados; separados, porém parceiros; não sei responder; não se aplica.

Diante disso, obteve-se que:

- 65% afirmam que os dois setores são separados e parceiros;
- 33% afirmam que os dois setores estão totalmente unificados;
- 2% não souberam responder.

9. Pastoral Escolar – pesquisa complementar

Entende-se que, historicamente, a relação entre Pastoral e Ensino Religioso é um dado importante para a compreensão do sentido que uma escola católica assume sobre a própria identidade confessional de maneira concreta no cotidiano escolar. Dessa maneira, a pesquisa também destinou algumas questões voltadas para a Pastoral Escolar.

Existência e organização da Pastoral Escolar

Sobre a existência de um setor de Pastoral específico:

- 91% afirmam que SIM;
- 9% afirmam que NÃO.

Sobre a nomenclatura desse setor:

- 20% usam “Serviço de Pastoral”;
- 18% usam “Setor de Pastoral”;
- 9% usam “Serviço ou Setor de Orientação Religiosa (SOR)”;
- 6% usam “Departamento de Pastoral”;
- 2% usam “Pastoral Escolar”;
- 34% usam outras nomenclaturas;
- 11% não têm um nome específico.

Entre as outras nomenclaturas, destaca-se o uso do termo “pastoralidade” em 8% das instituições, que é considerado mais recente. Já “evangelização” aparece em 4%.

A respeito dos profissionais que trabalham na Pastoral, na instituição:

- 61% afirmam que existem profissionais exclusivamente dedicados às funções pastorais;
- 31% afirmam que os profissionais não são exclusivamente dedicados à Pastoral;
- 8% afirmam que não se aplica.

Sobre a quantidade de profissionais que trabalham na Pastoral:

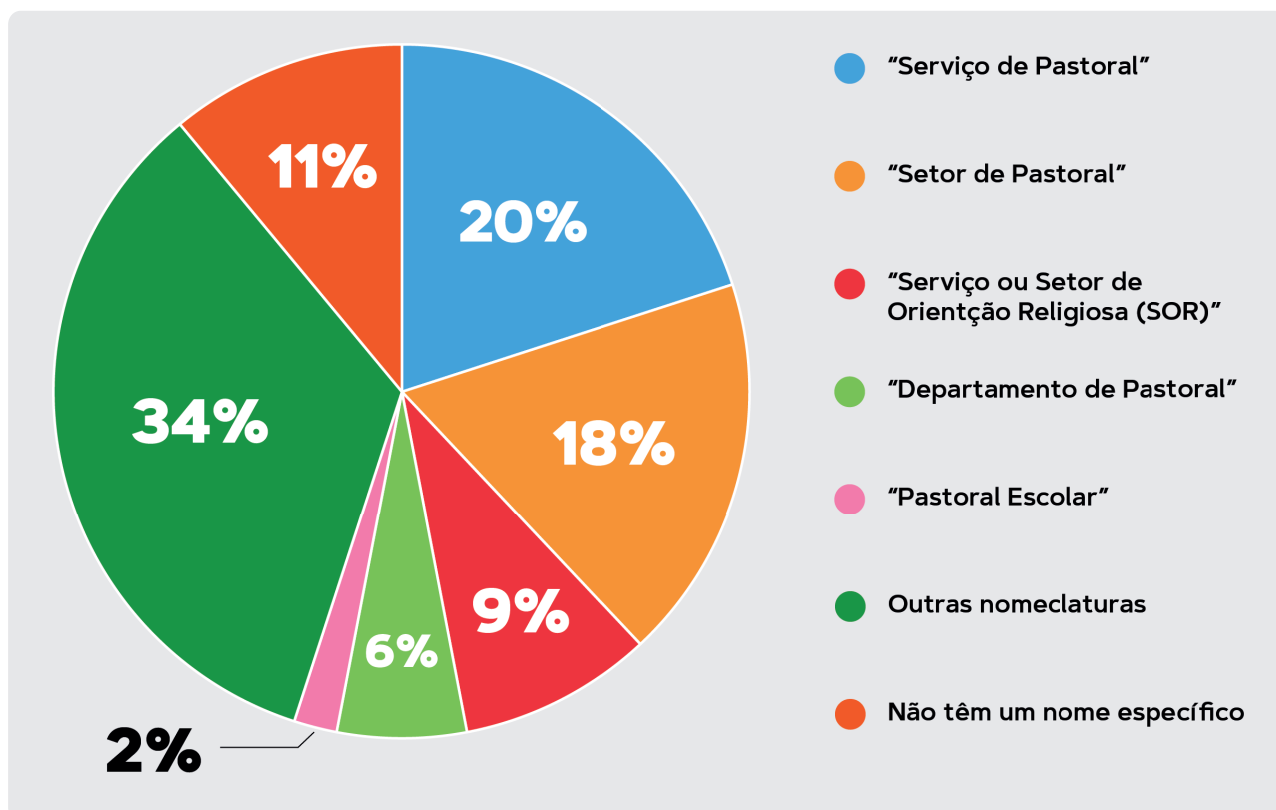


Figura 6: Principais nomenclaturas do Setor de Pastoral

- 27% afirmam ter 1 pessoa;
- 25% afirmam ter 5 ou mais;
- 18% afirmam ter 2 pessoas;
- 18% afirmam ter 3 pessoas;
- 12% afirmam ter 4 pessoas.
- 8% usam "Assessor de Pastoral";
- 7% usam "Assistente de Pastoral";

Nota-se que 73% das instituições que afirmam ter um setor específico formam equipes com dois ou mais agentes de Pastoral.

Acerca da designação desses profissionais, tem-se que:

- 28% usam "Agente de Pastoral";
- 14% usam "Pastoralista";



Figura 7: Profissionais dedicados à Pastoral

- 6% usam “Colaborador de Pastoral”;
- 5% usam “Analista de Pastoral”;
- 25% usam outras designações;
- 12% não usam uma designação específica.

A respeito da formação desses profissionais, tem-se que:

- 40% são licenciados em Filosofia;
- 40% são licenciados em Pedagogia;
- 35% são bacharéis em Teologia;
- 10% são licenciados em Ciências da Religião.

Nota-se que a porcentagem excede os 100%, pois, em muitos casos, os profissionais possuem mais de uma graduação. Outros cursos também aparecem: Psicologia, Relações Públicas, História, Comunicação Social e Serviço Social. Curiosamente, apenas 1 profissional foi identificado como tendo especialização em Pastoral Escolar. Outras especializações *lato e stricto sensu* aparecem, com destaque para Mestrado ou Doutorado em Ciências da Religião (7%), Mestrado ou Doutorado em Teologia (3,5%) e Mestrado ou Doutorado em Filosofia (2%).

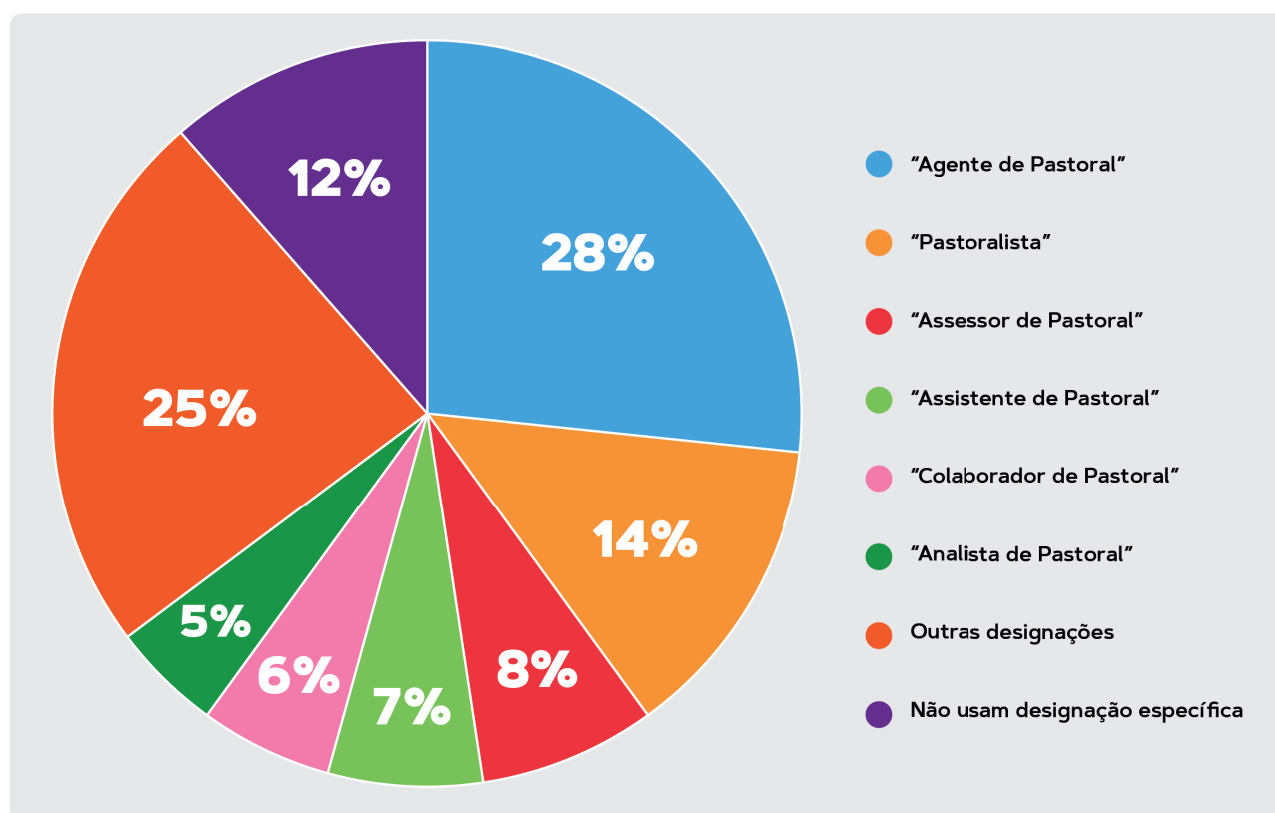


Figura 8: Denominação dos profissionais que lidam com a Pastoral Escolar

Sobre a presença de um padre ou religioso na equipe de Pastoral:

- 62% afirmam que SIM;
- 38% afirmam que NÃO.

Estrutura e atuação da Pastoral Escolar

Sobre as atividades pastorais realizadas:

- 87% realizam momentos de espiritualidade na abertura de reuniões;
- 82% realizam encontros de formação humana e cristã;
- 77% realizam celebrações eucarísticas;
- 76% realizam a animação de eventos da escola (cívicos, formaturas, encontros pedagógicos etc.);
- 72% realizam atendimento a alunos (espiritual, psicológico etc.);
- 71% realizam atendimento a professores e funcionários (espiritual, psicológico etc.);
- 70% realizam atividades de voluntariado;
- 60% participam da gestão da escola;

- 57% realizam retiros espirituais;
- 51% possuem grupos de jovens;
- 37% possuem catequese infantil;
- 35% possuem grupos de oração;
- 30% possuem catequese para jovens;
- 26% possuem alguma atividade de Pastoral Vocacional.

Sobre a escola possuir algum espaço litúrgico:

- 65% possuem uma capela pequena;
- 25% possuem capela grande ou igreja;
- 10% não possuem espaço litúrgico.

Sobre a frequência de realização de celebrações eucarísticas na escola:

- 55% afirmam ocorrer esporadicamente (em ocasiões especiais ou tempos tradicionais da Liturgia, como Páscoa e Natal);
- 20% afirmam celebrar semanalmente;
- 17% afirmam celebrar mensalmente;

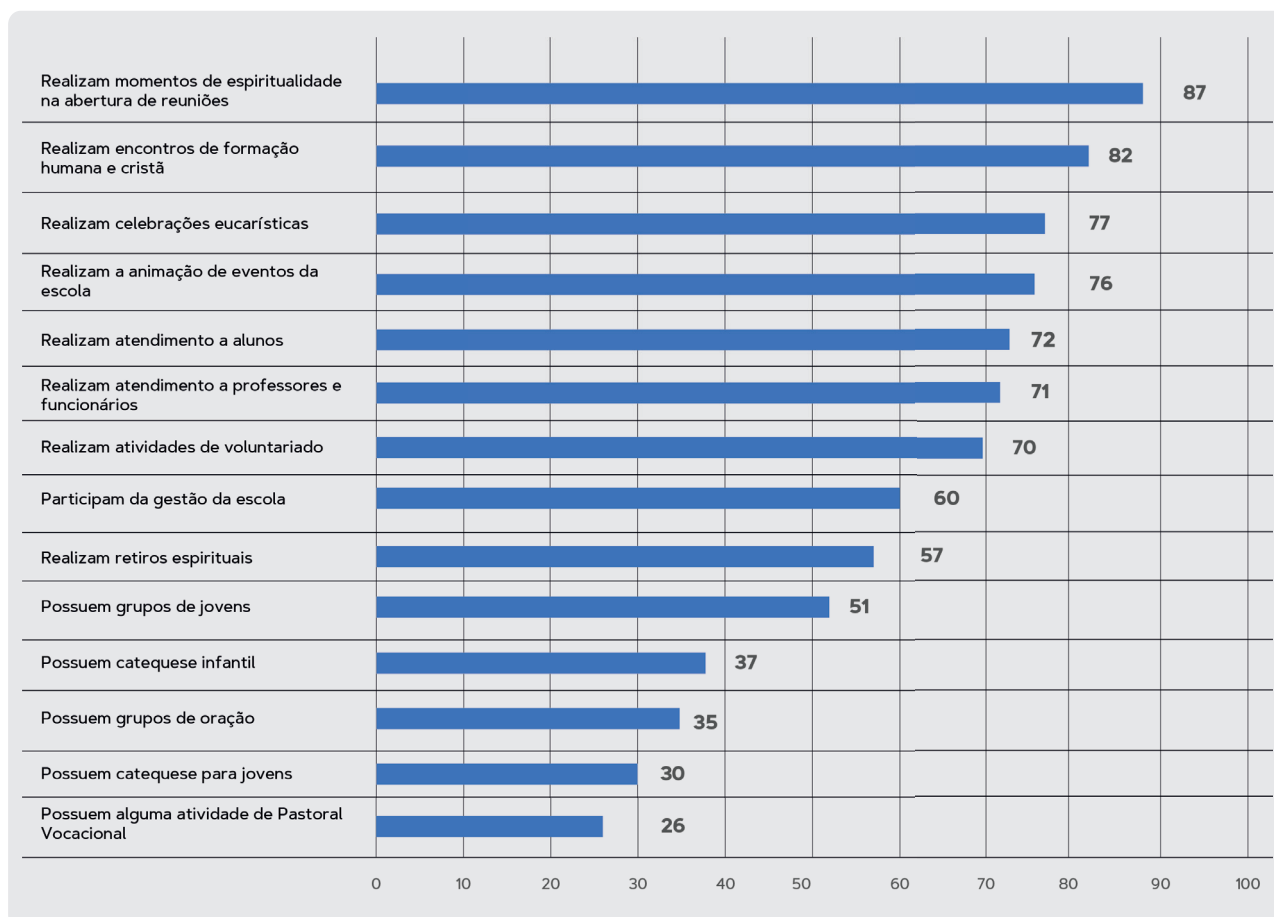


Figura 9: Principais atividades pastorais

- 5% afirmam celebrar diariamente;
- 13% afirmam que não há celebração eucarística.

Em 68% das instituições, não existe um capelão designado; em 32%, há. Apesar disso, 73% das instituições têm alguma ligação com a Paróquia local, enquanto 27% não possuem. 57% das escolas respondentes disseram que estão envolvidas com algum organismo diocesano (comissão, pastoral da educação, vicariatos, projetos etc.), enquanto 43% disseram

não participar dessas instâncias. Os vicariatos e as comissões de educação são os espaços mais ocupados pelas escolas.

Outro destaque, no campo da atuação pastoral, é que 99% das instituições afirmam trabalhar, anualmente, a Campanha da Fraternidade (CF). Dentre os espaços em que a CF é abordada, estão:

- 91% nas aulas de Ensino Religioso;
- 80% em reuniões de professores;

- 80% em projetos interdisciplinares;
- 75% em celebrações e momentos de espiritualidade;
- 65% em reuniões de coordenação e de gestão;
- 45% em reuniões de pais;
- 40% em grupos de adolescentes;
- 31% em encontros de catequese.

Já com relação ao Pacto Educativo Global (PEG), 86% estão realizando algum trabalho, seja no campo da formação para professores e estudantes ou em projetos de solidariedade:

- 70% realizam formação com professores sobre o PEG;
- 50% realizam formação com estudantes;
- 45% realizam projetos de solidariedade;
- 26% proporcionam espaços de escuta a estudantes e educadores;
- 25% realizam alguma formação com as famílias;
- 15% não realizaram nenhum trabalho sobre o PEG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses levantamentos realizados pela AEC (2004) e pela ANEC (2022) contribuem para identificarmos aspectos relevantes à reflexão do Ensino Religioso como área de conhecimento, às inferências a que isso remete, bem como ao que é necessário ao entendimento do espaço e à caracterização da Pastoral.

Quanto ao Ensino Religioso, duas preocupações se mantêm: uma refere-se à identidade em processo para implementar a Base Nacional Comum Curricular, enquanto área de conhecimento e a organização dos livros didáticos, segundo os conteúdos, a metodologia e as habilidades. A outra está relacionada à formação específica para atuar nesse componente curricular, pois, considerando o Ensino Religioso como área de conhecimento, isso é fundamental, porque aponta para o fato de que, nesta condição, há a necessidade de um profissional que assuma seu espaço na formulação do currículo da escola fundamental e seja capaz de realizar interlocuções importantes e convenientes com as demais áreas do currículo. Não se trata de uma pessoa que vai para a escola

com aulas de Religião. O momento é outro e dimensiona a questão para um outro perfil de profissional, que passa por uma transformação acadêmica plena, a qual precisa ser implantada pelas instituições formadoras.

Dessa forma, no quadro de referência, torna-se necessário considerar, na formação do professor de Ensino Religioso, a competência científica envolvida por uma ampla visão da realidade, na qual irá atuar, na perspectiva de possibilitar, no processo de ensino e aprendizagem, a produção de formas de leituras de organização da sociedade, contemplando o respeito à diferença.

Essa perspectiva está relacionada à necessidade de garantir o Ensino Religioso no espaço pedagógico, o que suscita para o processo de formação de profissionais a correlação que se estabelece entre a teoria e a prática. Isso fundamenta e justifica a nossa pesquisa, que focaliza o modelo pedagógico e a formação do professor de Ensino Religioso e seu espaço na escola católica, ainda marcado nos parâmetros do modelo de Pastoral, o que inviabiliza o exercício pedagógico e o próprio desenvolvimento da Pastoral no espaço escolar.

Frente ao conjunto de elementos que a pesquisa desencadeou, torna-se necessário continuar coletando informações para rever e compreender o movimento do Ensino Religioso na situação atual. Também é primordial examinar os acontecimentos, observar os sujeitos, os fatos, o tempo histórico, as ideias e os movimentos que influenciam e fundamentam as escolhas que o caracterizam, assim como definem a Pastoral Escolar, para retomar e reconstruir as questões que envolvam mudanças e permanências nos hábitos e costumes das escolas católicas, pois o discurso e o exercício prático nas especificidades do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar precisam estar em consonância. Dessa forma, entendemos que estamos em um momento significativo e decisivo para posicionar o espaço do Ensino Religioso e da Pastoral na escola católica.

De fato, estamos frente a um novo universo de exigências e necessidades multiculturais e religiosas presentes no espaço da escola católica que não permite fechar-nos em um casulo. Contudo, nesse diálogo entre o Ensino Religioso e a Pastoral, em um contexto plural, a instituição não pode perder os princípios que

consolidam a própria identidade. A Pastoral, ao ser entendida como um espaço sistematizado e com organicidade, com programas e projetos, contribui para que a comunidade educativa compreenda a identidade deste espaço social e eclesial que é a escola católica.

Ou seja, o Ensino Religioso como um componente curricular, constitui saberes elaborados pela humanidade e as referências do mundo no qual o estudante está inserido, apresenta especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, como: domínio da linguagem; compreensão do fenômeno religioso; enfrentamento de situações para a leitura do mundo do qual o estudante participa; construção de argumentações. E isso para que o estudante possa efetivamente elaborar propostas para dialogar com o mundo do trabalho e estudos posteriores. A escola católica, como as demais instituições de ensino, é aberta a todos, fato que nos leva a refletir sobre o importante papel do Ensino Religioso que atua em conjunto com os demais saberes e a Pastoral com projetos distintos para reforçar o empenho educativo, tornando-se apta a educar personalidades fortes, servindo à sociedade e interagindo com os múltiplos aspectos que confi-

guram a situação cultural das instituições católicas.

REFERÊNCIAS

CARON, L. Seminário religioso novo milênio para professores de Escolas Católicas. Brasília: CNBB, 2000.

JUNQUEIRA, S. Ciência da Religião aplicada ao ensino religioso. In: *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus, p. 603-614, 2013.

_____: Ensino Religioso; USARSKI, R.; TEIXEIRA, A.; PASSOS, J. In: *Dicionário de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulus/Paulinas/Loyola, p. 286-282, 2022.

_____; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (Org.) *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2017.

_____; MENEGHETTI, R.; WACHOWICZ, L. *O Ensino Religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2022.

_____ ; OLENIKI, M.; ALVES;
L. Aspectos do Ensino Religioso e da
Pastoral Escolar nas escolas católicas
do Brasil. In. Revista de Educação da
AEC, n. 136, ano 34, p. 76-89, 2005.

_____ ; LEAL, V.; RIAL, G.
(Org.). Compêndio de Pastoral Escolar
para a Educação Básica na Escola
Católica. Brasília/Petrópolis: Edições
CNBB/Vozes, 2021.

MOURA, L. A educação Católica no
Brasil. São Paulo: Loyola, 2000.

STEIN, G. A educação nos documentos
da Igreja Católica Romana. Brasília:
Universa, 2001.

5.

Raízes, caminhos e horizontes do ensino religioso nas escolas católicas

| Sérgio R. A. Junqueira

| Roberta Guedes

RAÍZES DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO CATÓLICA

Uma das estratégias para compreender a origem e o desenvolvimento de um componente curricular é por meio dos objetos/recursos escolares, como registros em cadernetas, bloco de anotações, planejamentos, programas, livros, cadernos, legislação educacional, relatórios da direção, relatos de inspetores, ofícios, expressões das múltiplas experiências dos sujeitos no processo educacional, mobiliário escolar ou o próprio espaço escolar. É possível compreender o processo de ensino e aprendizagem ao longo da história por meio de expressões da cultura material escolar. Nessa gama de objetos/recursos, com certeza, os livros didáticos e as fichas de registro dos alunos são destaques para verificar não apenas a existência da área de estudo, como, também, os conteúdos, a metodologia e o processo de avaliação. A partir dessas fontes, podemos compreender a construção do processo entre as aulas de Religião e o atual projeto do Ensino Religioso.

Sobre o Ensino Religioso no espaço da escola católica, é facilmente localizado, nas instituições mais antigas do país, o termo “aula de Religião” nas fichas de registro dos estudantes e nas publicações utilizadas para desenvolver os conteúdos desse componente. Inicialmente, temos os catecismos e, posteriormente, com as inovações pedagógicas, manuais mais adequados aos diferentes segmentos escolares. Verifica-se, também, que eram os religiosos os encarregados de ministrar essas aulas, com caráter doutrinário e segundo a moral religiosa vigente. Porém, com a redução nos institutos religiosos e as mudanças nas legislações educacionais do país, a escola católica passou a adotar a nomenclatura Ensino Religioso e o conteúdo e a metodologia passaram por significativas mudanças. Verificou-se que, em muitas instituições, o número de aulas e de séries foi sendo reduzido diante da dificuldade de oferecer uma proposta de ensino e aprendizagem que fizesse sentido para os estudantes e suas famílias.

Ao estudar os diferentes textos didáticos produzidos por editoras religiosas e comerciais, é notória a experimentação de propostas

para responder aos interesses das instituições. Outro destaque foi a criação de propostas de formação em instituições universitárias, de grupos de estudos e trabalho nas congregações e nas universidades, visando encontrar uma proposta coerente para a escola católica e que, de fato, alcançasse os estudantes e pudesse responder a estas questões de forma efetiva: por que e para que estudamos o Ensino Religioso?

O Ensino Religioso, no espaço da escola católica, possui uma história, ainda pouco sistematizada. É, de fato, um percurso com muitas experiências significativas.

CAMINHOS PARA TRILHAR

Esta discussão proposta neste caderno demonstra como o Ensino Religioso está assumindo uma perspectiva pedagógica, ou seja, tem sido compreendido como um componente curricular que é diferente e complementar a Pastoral na escola. Essa compreensão é maior em relação à primeira pesquisa realizada nos primeiros anos deste novo século. Porém, ainda localizamos instituições que mantêm uma leitura

de equivalência entre o Ensino Religioso e a Pastoral Escolar, quando não a uma Catequese.

Outro aspecto é que, na perspectiva da profissionalização do corpo docente para esse componente curricular, ainda é frágil a preocupação com a contratação de profissionais específicos, que possuam a formação indicada pelo Conselho Nacional de Educação – professores de Ciência da Religião para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio; para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mantém-se as profissionais com formação em Pedagogia, sem um campo específico para compreender e desenvolver a educação religiosa.

Sobre os recursos didáticos, destaca-se um grupo de instituições é preparado pelo corpo docente, geralmente sem uma clara compreensão do projeto sobre o Ensino Religioso e sem fontes adequadas para a preparação desses recursos para orientar o trabalho em sala de aula. Entre as que adquirem textos didáticos, verifica-se a falta de clareza na definição dos critérios para a escolha deles. Essa compreensão ocorre quando identificamos a escolha de coleções com projetos completamente diferenciados entre os Anos Iniciais e os

Anos Finais do Ensino Fundamental. Sem mencionar que, para a Educação Infantil e o Ensino Médio, os recursos de apoio são reduzidos no mercado.

Sobre esses textos didáticos publicados por casas editoriais religiosas e comerciais, verifica-se que é necessária uma melhor definição de qual modelo pretendem atender, ter maior coerência com uma proposta pedagógica fundamentada, não distorcer os conteúdos e poder escolher, com maior propriedade, os produtores de conteúdo dessas obras para evitar distorções conceituais.

HORIZONTES QUE PRECISAM SE ABRIR

A partir do estudo aqui apresentado, verifica-se que o Ensino Religioso ainda exige um olhar mais sistematizado no campo da escolha do projeto a ser desenvolvido por esse componente curricular com definições, tais como: Qual é a ciência de referência que foi definida para orientar o trabalho na escola? Qual é o objeto de estudo que efetivamente conduz à construção desse projeto? Quais são os teóricos que sustentam essa escolha? Como tratar a coerência da transposição didática a partir dos fundamentos desse componente?

Definindo os fundamentos e a metodologia do Ensino Religioso, é importante estabelecer os critérios para a contratação e a manutenção do corpo docente em todos os segmentos, visando o efetivo processo de ensino e aprendizagem. Esses fundamentos também orientarão a formação continuada desses profissionais.

Finalmente, com os fundamentos da disciplina e com o perfil do profissional, torna-se mais assertivo produzir e escolher recursos didáticos que permitam o desenvolvimento do Ensino Religioso de forma coerente e coesa. Assim, ao longo da escolarização, os estudantes, de fato, poderão responder ao que é para estudarem ao longo da vida estudantil nesse componente, de tal forma que contribuam para os estudos posteriores, o mundo do trabalho e a educação integral como cidadão e/ou não participante de um grupo religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa sistematização e das reflexões sobre os dados fornecidos nesta “Pesquisa do Ensino Religioso e Pastoral Escolar”, propomos alguns indicativos para efetivar a consistência do Ensino Religioso

como um componente curricular nas escolas católicas no Brasil:

1. Ampliar os estudos e as pesquisas para consolidar o Ensino Religioso como um componente curricular, a partir da leitura da escola em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
2. Implementar a contratação e formação de professores para o Ensino Religioso, a partir da Ciência da Religião, como proposto nas Diretrizes para formação desse profissional, documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, em 2018.
3. Compreender, efetivamente, o Ensino Religioso e a Pastoral a partir das especificidades e da autonomia de cada uma das áreas, de forma criativa, para favorecer o diálogo e a integração entre elas.
4. Produzir os recursos didáticos de apoio às aulas de Ensino Religioso com honestidade científica, a partir da Ciência de Referência indicada para esse componente curricular, com o objeto de conhecimento e a

transposição didática coerentes. Esses aspectos norteiam a produção e a escolha desses recursos.

5. Explicar para as famílias e a comunidade escolar o papel efetivo do Ensino Religioso, que deverá contribuir para os estudos posteriores, o mundo do trabalho e a educação integral.
6. Usar os investimentos dos Institutos Religiosos e dos Centros de Formação de forma a contribuir para que o Ensino Religioso possa ser compreendido como um campo de diálogo com uma sociedade mais humana e solidária.

Compreende-se que a Escola Confessional Católica assume essa identidade porque todos os membros da comunidade, o Projeto Político Pedagógico e a gestão entendem a função do diálogo, da cooperação e da fraternidade, ao mesmo tempo que os componentes curriculares, a partir das respectivas ciências de referência, favorecem, de fato, a leitura do espaço que ocupamos.

6.

Raízes, caminhos
e **horizontes da
pastoral escolar**
nas escolas
católicas

| Sérgio R. A. Junqueira

| Gregory Rial

INTRODUÇÃO

O novo levantamento realizado pela Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), denominado “Pesquisa do Ensino Religioso e Pastoral Escolar nas escolas católicas do Brasil” (2023) oferece-nos um retrato significativo da realidade das escolas católicas brasileiras. A interpretação desses dados deve considerar alguns fatos que marcaram a história das escolas católicas e do mundo nos últimos anos: o papado de Francisco e suas pautas, como o Pacto Educativo Global, a secularização da sociedade brasileira, a transição religiosa para o neopentecostalismo, as tensões entre visões eclesiológicas dentro da própria Igreja, a pandemia de covid-19 e a crise financeira no setor educacional. De alguma forma, esses acontecimentos refletem no microcosmo da escola e permitem-nos entender como a identidade confessional, expressa, sobretudo, no compromisso evangelizador dessas instituições, atualiza-se, conserva-se e ressignifica-se.

Propomos, então, uma análise crítica dos dados coletados, primeiramente recordando as raízes que possibilitaram chegar onde chegamos. Em seguida, apresentamos

caminhos que já estão sendo trilhados e nos quais ainda precisamos insistir. Por fim, apontamos alguns horizontes que devem ser abertos, pois, caso contrário, dificilmente manteremos as escolas católicas relevantes na sociedade brasileira.

RAÍZES DA PASTORAL ESCOLAR NA EDUCAÇÃO CATÓLICA

A ideia da escola católica como espaço de evangelização não é nova. Desde meados dos anos 30, quando se iniciou a fundação de grande parte das escolas católicas tradicionais no Brasil, observa-se o papel transmissor da fé que essas instituições desempenham. Com o Concílio Vaticano II e com o impulso evangelizador dado pela *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI, as escolas começaram a reinventar o papel evangelizador, dando novos rostos ao trabalho pastoral, estendido para além da catequese e dos sacramentos.

Entretanto, nos anos 90 e no começo dos anos 2000, a identidade confessional das escolas católicas começou a pulverizar-se diante de muitas demandas na regulação dos

currículos e da própria transição de mercado que a educação privada sofreu no país e na América Latina. Reconheceu-se que, em alguns casos, a marca identitária tornou-se um ornamento institucional, e não uma prática concreta. Essa preocupação ficou expressa no Documento de Aparecida, de 2007, com a ênfase dada à escola católica e o lugar dela na eclesiologia latino-americana. A partir do reconhecimento dado por Aparecida da escola como “comunidade eclesial”, um novo impulso evangelizador foi dado ao trabalho das instituições, que se sentiram motivadas. Ainda em 2007, logo depois da conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM, a Santa Sé publicou o documento “Educar juntos na escola católica”, considerado um marco na renovação da identidade confessional das instituições de ensino.

O pontificado de Francisco, iniciado em 2013, marca um novo período da evangelização dentro do espaço escolar, seja pelos documentos inspiradores, como *Evangelii Gaudium*, *Laudato Si'* ou *Christus Vivit*, seja pelas pautas abraçadas e indicadas pelo Papa – a ecologia integral, o humanismo solidário, o ecumenismo e a economia de

Francisco e Clara. O Pacto Educativo Global surge, em 2019, como um operador conceitual e pragmático que sintetiza essas novas pautas.

Neste período, no Brasil, destaca-se a criação do Setor de Animação Pastoral da ANEC, o qual organiza encontros e espaços de contato e fortalecimento dos agentes de Pastoral Escolar. Em 2019, é publicado o documento “Linhas de Ação Pastoral da ANEC”, sob a liderança da Ir. Cláudia Chesini e do Fr. Claudino Gilz. Essa publicação é um marco teológico-pastoral no trabalho evangelizador das escolas católicas e representa a culminância de um processo longo de maturação e entendimento da missão evangelizadora.

As “Linhas de Ação Pastoral da ANEC” são determinadas a partir de dois eixos fundamentais: evangelizar e cuidar. Eles expressam que a missão da escola católica não é apenas o ensino ou a instrução, mas levar estudantes, educadores e famílias a uma experiência de amor com o Deus que cuida e que nos modela segundo a própria vontade. Assim, o documento reforça que as fontes de todo trabalho evangelizador na escola são a Sagrada Escritura, o Magistério da Igreja, a Sagrada Liturgia, os

Carismas Congregacionais, o cuidado com a Casa Comum e o Humanismo Solidário. A partir desses pressupostos, são apresentadas 9 linhas para a ação pastoral:

1. centralidade na pessoa de Jesus;
2. relação de comunhão com a Igreja local;
3. pastoral como processo primaz na instituição;
4. perspectiva missionária;
5. currículo evangelizador;
6. relação de colaboração com a gestão;
7. sensibilidade social;
8. gestão humanizada de pessoas;
9. animação vocacional.

Esse percurso histórico pelas raízes da Pastoral Escolar ajuda-nos a olhar para os últimos anos e perceber como houve uma mudança cultural interna na educação católica para se compreender o papel e a importância das ações de evangelização. Prova disso é a existência, em 91% das instituições, de um setor específico para cuidar desse trabalho. Também chama a atenção o zelo em se ter algum profissional dedicado à evangelização, seja exclusivo ou não.

Além do mais, mostra-se em curso o trabalho de renovação da ação pastoral nas escolas pela intensidade das propostas, pelo alcance que tem e pela centralidade que ocupa no cotidiano escolar.

CAMINHOS PARA TRILHAR

A pesquisa deixa claro que houve um reconhecimento explícito da Pastoral como parte essencial da escola católica. Se, antes, a Pastoral era entendida como anexo, como um adendo institucional pró-forma, agora é vista como algo orgânico na instituição, isto é, como parte inalienável da identidade confessional. Contudo, é preciso insistir na validação do espaço da Pastoral Escolar na escola católica. Infelizmente, o reconhecimento institucional não é garantia de que a escola vá adotar uma intencionalidade pedagógico-pastoral em todos os seus projetos e suas iniciativas. Da mesma forma, abrir um espaço para a Pastoral não é ceder um espaço, mas legitimar um modo de fazer da escola. A Pastoral não é uma equipe destinada a fazer orações iniciais e formações e inserções esporádicas. A Pastoral é um centro de inteligência estratégica de suporte a todas as áreas da insti-

tuição, pois nela se geram decisões e visões sobre a educação que diferenciam a proposta pedagógica de uma escola católica de outras propostas comerciais. Pensar pastoralmente o currículo, exercitar uma didática pastoral, atender às pessoas pastoralmente, gerir uma escola em pastoral... são mudanças paradigmáticas e parece-nos que esse é um caminho que ainda precisa ser trilhado.

Também é animador perceber como houve maior profissionalização do trabalho de Pastoral Escolar. Isso significa o reconhecimento de que o agente de Pastoral na escola não pode ter apenas boa-vontade, mas deve estar preparado para lidar com aquilo que é específico do processo pedagógico, que envolve conhecimentos da Educação, Psicologia, Antropologia e Teologia. Contudo, percebe-se que a formação inicial não é suficiente para garantir que os profissionais estejam preparados para desafios novos, que surgem com as transformações sociais. A inexistência de uma formação específica para o agente de Pastoral mostra uma lacuna que merece atenção, já que a expertise desse profissional é específica. Logo, embora tenhamos feito um percurso de profissionalização, há de se completar o caminho pela formação continuada e mais aprofundada.

Outro ponto de amadurecimento foi o entendimento de que Ensino Religioso e Pastoral constituem domínios distintos, porém complementares. Por muito tempo, a ação pastoral das escolas restringia-se às “aulas de Religião”. Contudo, foi-se conquistando um espaço mais ampliado para a Pastoral ao mesmo tempo que se aprimorou a compreensão pedagógica do Ensino Religioso como um componente curricular. Hoje, essa distinção está consolidada. Por um lado, graças ao desenvolvimento da ciência da Religião como matriz epistemológica do ensino e aprendizagem do Ensino Religioso e, por outro, devido ao avanço na teologia pastoral, que amplifica a evangelização como experiência pessoal com Cristo, e não apenas como algo que se aprende intelectualmente.

Entretanto, ainda é muito comum encontrar quem pense que o Ensino Religioso é o principal diferencial da confessionalidade na escola católica. Existe um senso comum de que o Ensino Religioso ainda seja “aula de religião” e que a finalidade deste componente curricular é a Catequese ou a doutrinação. Mesmo entre certos gestores e ministros ordenados, é comum criar expectativas de que o Ensino Religioso ocupe um lugar central e proeminente na

evangelização dentro da escola. Nesses casos, quando se deparam com a realidade do Ensino Religioso plural e focado no fenômeno religioso, e não mais na transmissão doutrinária, é normal que haja certa animosidade e frustração. Há um estupor. Afinal, como, numa escola católica, o Ensino Religioso não ensina a religião católica? Contudo, ressaltamos que, para a missão evangelizadora da escola católica ter esses domínios separados, é muito vantajoso, justamente porque, como componente curricular, o Ensino Religioso deve ater-se a uma série de limitações impostas pelo próprio processo pedagógico: avaliação, matriz curricular, aulas etc. Quando a Pastoral está desmembrada do Ensino Religioso, então, há uma liberdade muito maior e o alcance pode ser mais abrangente, já que não está "curricularizada".

É claro que isso não significa que o Ensino Religioso deixa de cumprir um papel pastoral. Independentemente da linha adotada – se é confessional ou não –, o componente curricular de Ensino Religioso deve estar integrado à vida pastoral da escola católica. Isso porque, numa ótica do currículo evangelizador, todos os componentes curriculares devem contribuir para

a formação integral da pessoa, a consolidação dos valores evangélicos, o estímulo a uma vida virtuosa e moralmente acertada e a construção de um senso crítico que defenda a vida e a dignidade humanas.

Nesse sentido, percebemos que, embora a distinção entre Pastoral e Ensino Religioso esteja implementada, é preciso aprofundar modos mais efetivos de integração que não descaracterizem nem um nem outro. Resguardar o Ensino Religioso como componente curricular não implica rejeitar a finalidade evangelizadora dele, mas ampliar a ideia de evangelização. Igualmente, sustentar que ele seja parte do processo evangelizador não significa transformá-lo em catequese. Essa integração depende, na verdade, de um movimento mais amplo de inserção da Pastoral como parte dos processos pedagógicos e de gestão. Afinal, quanto maior o reconhecimento da Pastoral na escola, maior sua influência sobre todos os departamentos e áreas.

Por fim, um caminho que vem sendo trilhado é o da inserção das escolas na pastoral orgânica das Igrejas paroquiais e diocesanas. Tanto do lado das escolas quanto das paróquias e dioceses, há

um reconhecimento da mútua interdependência. Há experiências muito bonitas de instituições que são acolhidas nas paróquias como comunidades eclesiais, recebendo atendimento pastoral do presbitério e compondo conselhos pastorais. A Pastoral da Educação tem vivido uma primavera e, em muitas localidades, recebe o apoio intensivo das escolas católicas. Sem dúvida, as escolas representam um campo de missão – uma porta de entrada para a vida cristã para muitas famílias, crianças e jovens – e muitas paróquias, ao entenderem isso, incluem as escolas no planejamento pastoral. A criação de vicariatos e comissões diocesanas e a consequente participação das escolas nesses espaços sinalizam uma positiva aproximação do episcopado, que vê, nas escolas, atores indispensáveis para a organização pastoral de suas dioceses e conta com elas para concretizar os planos diocesanos de pastoral.

Todavia, esse não é um caminho sem obstáculos: acontecem, ainda, muitas resistências e estranhamentos, que reproduzem uma cultura ora de isolamento/distanciamento das escolas, ora de um intervencionismo eclesiástico muito infrutífero. Acreditamos que a saída para muitos

impasses, como a Congregação para Educação Católica sinalizou no documento de abril de 2022, intitulado *A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo*, seja o diálogo cordial, fraterno e sinodal. Temos de exercitar a escuta desinteressada e generosa uns dos outros: escolas ouvindo os bispos e padres e eles escutando as escolas. Escuta desinteressada e generosa que, na prática, significa aproximar sem pré-concepções, sem expectativas, sem julgamentos. Essa escuta é o único caminho para a construção da Igreja como comunidade de comunidades – sem esse passo, tentaremos transformar a Igreja num bloco monolítico, o que vai contra nossa fé e só aprofunda a ferida da divisão e do sectarismo.

O Espírito Santo é aquele que suscita a diversidade de carismas, ministérios e dons e a pluralidade de identidades nas escolas católicas é sinal dessa riqueza. O mesmo Espírito conduz essa diversidade à unidade preservada na obediência e fidelidade aos pastores. Logo, há um movimento bastante custoso que todos precisamos exercitar: o de obedecer no diálogo e o de dialogar na obediência. Um exemplo bonito dessa relação sinodal é a parceria que a ANEC tem estabelecido

com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e a Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB, não apenas como instituições vinculadas, mas como membros de um mesmo time, em que cada um joga em posições diferentes, mas todos visam marcar o mesmo gol, ou seja, fortalecer a Igreja de Cristo e semear o Reino de Deus. Isso tem exigido muito diálogo e escuta, abertura e entendimento e, sobretudo, foco naquilo que é essencial.

HORIZONTES QUE PRECISAM SE ABRIR

Como destacamos, a “Pesquisa do Ensino Religioso e Pastoral Escolar nas escolas católicas” revela muitos ganhos, avanços e pontos de amadurecimento na Pastoral Escolar, frutos de um caminho longo, trilhado por tantos educadores leigos e leigas, religiosos e religiosas, presbíteros, bispos e diáconos. Ao mesmo tempo que somos confirmados nesses caminhos, somos provocados a abrir horizontes novos. Em outras palavras, somos provocados a avançar para águas profundas e lançar, novamente, nossas redes.

O primeiro horizonte e, talvez, o mais difícil de se abrir seja o de encontrar novas linguagens para a evangelização.

Ainda repetimos muitas fórmulas de uma Pastoral dos anos 80 e 90 e não encontramos as ações que dialogam com nossa época. Uma nova linguagem não significa renunciar à mensagem eterna do Evangelho, mas fazer com que ela seja comunicada de forma compreensível. Muitas vezes, falamos com os estudantes a partir do que achamos que eles precisam, mas não os ouvimos o suficiente para fazer nosso discurso responder, efetivamente, ao que eles esperam e desejam. Criamos retiros, fazemos formações, convocamos para celebrações e, nessas oportunidades, usamos uma linguagem que atende a nós, mas que, por vezes, não significa nada para eles. Assim, transitamos numa espécie de lugar-comum da Pastoral, com os mesmos jargões vazios e distantes da realidade. É preciso encontrar o tom: uma linguagem aquecida e pertinente, estilisticamente coerente, esteticamente compatível com as sensibilidades atuais e, sobretudo, densa de conteúdo que responda às sedes mais profundas dos nossos interlocutores.

Nesse percurso, é válida uma recuperação da beleza por meio do enriquecimento dos repertórios culturais e artísticos que despertem acionamentos estéticos tão banalizados em nossa época de telas.

Retomar a Tradição da Igreja (com T maiúsculo) sem restauracionistas e saudosismos, mas apresentando-a como uma fonte inesgotável de riqueza espiritual – um caminho alternativo à indústria cultural, que formata pensamentos *mesmificados*. Propiciar experiências significativas, e não apenas formais. Sair das práticas religiosas que satisfazem nossos calendários e adensar nas vivências eclesiais – de espiritualidade, missionárias, de voluntariado... Ajuda muito nessa tarefa inaugurar temporalidades que andam ausentes: o tempo do silêncio, da contemplação, da leitura, do olhar demorado, da saída do conforto de casa, do encontro com os pobres e abandonados, de contato com a natureza. Mesmo os jovens andando muito acelerados e verborrágicos, a Pastoral deve oferecer um tipo de conexão que não se encontra tão facilmente nas redes sociais e nos *smartphones*.

Sem dúvida, o passo fundamental para renovar a linguagem da Pastoral é a escuta dos estudantes. Novamente, a escuta deve ser desinteressada e generosa. Acrescente-se aqui que deve ser sistemática. Afinal, a juventude está sempre em mutação. Essa escuta deve perscrutar os desejos, as fomes, as expectativas presentes e ausentes

– uma escuta que nos permite entrar no mundo do outro por um instante e ver o mundo desde o seu lugar. Quando praticamos essa escuta – e há técnica e expertise para fazê-la –, conseguimos, finalmente, ter algo a dizer que não passará despercebido. Afinal, sabemos que tipo de palavra os estudantes esperam de nós.

Assim, parece que outro horizonte a se abrir é o investimento em ações pastorais horizontais, que promovam verdadeira conexão entre as pessoas. Horizontais aqui significam que “fura a bolha” dos católicos e atraem, também, os não católicos, sem proselitismos. Isso é algo urgente, pois há uma enorme diversidade de credos entre os estudantes, as famílias e os professores. A escola católica não é apenas para católicos. Uma vez que é para todos, a Pastoral deve conseguir dialogar com todos. Sem dúvidas, Jesus Cristo tem algo a dizer a todas as pessoas, sejam elas católicas ou não, e a Pastoral deve encontrar meios para isso. Assim, precisamos diversificar nosso “portfólio de atividades pastorais”, experimentando novos formatos e modelos, ousando no ecumenismo e no diálogo inter-religioso.

Uma forma desse investimento é promover a formação humana, ajudando os estudantes a lidar, de

maneira prática, com problemas concretos do cotidiano, como os dramas afetivos-sexuais, os conflitos familiares, as crises existenciais, o adoecimento psíquico e a confusão vocacional. A pandemia escancarou nossa inabilidade social e emocional, a fragilidade de nosso pensamento crítico e o quanto somos volúveis de acordo com as circunstâncias. Há um imperativo de felicidade que chega a ser tóxico e, quando lidamos com a negatividade, com a dor, com as perdas e até com a morte, somos confrontados com nosso ideal “instagramável” de vida.

Assim, a Pastoral deve ousar em tocar as feridas, não para abri-las, mas para curá-las, isto é, falar das coisas difíceis da existência não com o objetivo de julgar ou apontar o dedo, mas para elaborá-las e ressignificá-las. Essa é uma missão urgente e percebemos que ainda estamos despreparados para ela. Talvez porque nós mesmos ainda não saibamos como lidar com nosso próprio sofrimento. A formação, o estudo e o contato com outros agentes de Pastoral podem ser muito úteis para que saibamos como orientar os estudantes, os colegas educadores e as famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as muitas intuições que poderíamos extrair das “Pesquisa do Ensino Religioso e Pastoral Escolar”, escolhemos salientar estas, que nos pareceram muito providências diante dos desafios de nosso tempo:

1. A Pastoral Escolar se consolidou como parte fundamental do cotidiano das escolas, contudo ainda é preciso avançar nos investimentos e no compartilhamento da visão pastoral com outras áreas das escolas.
2. Os agentes de Pastoral têm se profissionalizado e, agora, é necessário dar um passo na especialização da expertise voltada à evangelização e ao trabalho pastoral.
3. O Ensino Religioso e a Pastoral se separaram como forma de reconhecer a autonomia e a especificidade desses domínios, mas é preciso encontrar formas mais criativas de integração dessas áreas.
4. As escolas católicas têm integrado a vida paroquial e diocesana da Igreja, mas há um

caminho de aprendizagem para a escuta sinodal a ser trilhado.

5. Temos o grande desafio de encontrar uma linguagem coerente e significativa para transmitir nossa fé dentro da escola, de maneira que a mensagem do Evangelho atinja e penetre a vida dos estudantes, dos educadores e das famílias.
6. Há que se investir em ações pastorais horizontais, acessíveis a todos os credos e que promovam uma grandeza humana e a vida interior em tempos de desertificação espiritual.
7. É urgente afirmar a identidade confessional, no século XXI, com profecia, ousadia, criatividade e diálogo; caso contrário, nossas instituições serão apenas memória de um tempo glorioso e nada significarão para as gerações atuais e futuras.



ANEC

Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil